

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO  
CURSO DE LICENCIATURA INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS  
HUMANAS/SOCIOLOGIA**

MARIA APARECIDA DOS SANTOS

**EDUCAÇÃO ESPECIAL: A FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO ENSINO  
FUNDAMENTAL I, NA ESCOLA MUNICIPAL CORIOLANO COELHO DE  
ALMEIDA, EM SÃO BERNARDO- MA.**

SÃO BERNARDO

2019

MARIA APARECIDA DOS SANTOS

**EDUCAÇÃO ESPECIAL: A FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO ENSINO FUNDAMENTAL I, NA ESCOLA MUNICIPAL CORIOLANO COELHO DE ALMEIDA, EM SÃO BERNARDO- MA.**

Monografia apresentada ao curso de Licenciatura Interdisciplinar de Ciências Humanas/Sociologia da Universidade Federal do Maranhão – UFMA, enquanto requisito probatório para a conclusão do curso.

**Orientador (a):** Prof<sup>o</sup> Dr. Thiago Pereira Lima

SÃO BERNARDO

2019

MARIA APARECIDA DOS SANTOS

**EDUCAÇÃO ESPECIAL: A FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO ENSINO FUNDAMENTAL I, NA ESCOLA MUNICIPAL CORIOLANO COELHO DE ALMEIDA, EM SÃO BERNARDO- MA.**

Monografia aprovada como requisito parcial para a conclusão do curso de Licenciatura Interdisciplinar de Ciências Humanas/Sociologia da Universidade Federal do Maranhão – UFMA.

Aprovado em /\_/\_/\_\_\_\_

BANCA EXAMINADORA

---

Prof.<sup>o</sup> Dr. Thiago Pereira Lima (Orientador)  
Dr. em Políticas Públicas  
Universidade Federal do Maranhão

---

Prof<sup>a</sup> Ms. Laura Rosa Costa Oliveira  
Ms. em Agroecologia  
Universidade Federal do Maranhão

---

Prof<sup>o</sup> Ms. João Pedro de Santiago Neto  
Ms. em Sociologia  
Universidade Federal do Maranhão

Dedico este trabalho  
À todos que lutaram comigo para eu  
chegar até aqui:  
Jeová Deus,  
À minha família,  
Meu amor e amigos que sempre me  
incentivaram e ajudaram.  
Essa vitória é nossa!

## AGRADECIMENTOS

Ao final desta trajetória, quero expressar minha gratidão a todos que contribuíram para mais uma vitória em minha vida.

Primeiramente a Jeová Deus pela vida, e por nunca me desamparar, até mesmo nas horas que não merecia.

A meus pais que serviram de inspiração, por terem me dado à oportunidade de existir, e por ter me criado com muito amor, fazendo de tudo para que eu obtivesse sucesso em tudo, fazendo sacrifício para que eu conseguisse chegar cada vez mais longe. Já que eles não tiveram essa oportunidade.

A todos os meus irmãos: Maria de Fátima, Raimundo Nonato, Maria dos Milagres, Rosinete, Francisco, Amanda, Arinaldo (*in memória*) e Lucas. Obrigado pelo apoio pela alegria de tê-los como irmãos.

Aos meus amados sobrinhos: Ana Karine, Alene, Henzo, Luan, Luís, Milena, Renan, Raíssa, Otávio, Ysabelly e Maria Helena.

Ao meu querido namorado Luizito, por ter sempre me apoiado em todos os momentos.

A meu orientado Prof.<sup>o</sup> Dr. Thiago Pereira Lima pela a orientação, pela a dedicação e pelo compromisso que tem com suas atividades.

A professora Alina Silva Miranda, pela dedicação e por ter sempre acreditado em mim, me ensinou a ter compromisso e responsabilidades com minhas tarefas, mostrando que sempre dá pra melhorar.

A todos os professores do curso de Licenciatura Interdisciplinar em Ciências Humanas/Sociologia pelo o conhecimento adquirido durante as aulas, contribuindo assim para minha formação docente.

Aos meus amigos da turma 2012 do curso de Licenciatura Interdisciplinar em Ciências Humanas/Sociologia – UFMA: Bianca, Benedito,

Danilo, Daniele, Fabiana, Gabriela, Jucilene, Jerson Carlos, Keline, Layane, Mazé Portela, Maria das Grutas, Milena, Naiane, Ramilda, Ray, Rafael, Sirley, Thyarles, Francisco e Elionete (in memória). Pela a amizade e companheirismo em todos os momentos.

A minhas queridas amigas, em especial, à Ana Paula por ser minha principal incentivadora me apoiando em tudo, por está sempre se preocupando e cuidando de mim, a Alcionária, Fabiana, Gabriela, keline, Mazé e Samara, pela amizade verdadeira e pelo o incentivo.

A meus amigos: Erisvaldo lima, e Jerson Carlos, por sua amizade e carinho.

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoa de Ensino Superior – CAPES que proporciona junto à instituição formadora o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência – PIBID, programa este que foi de extrema importância para minha formação.

## RESUMO

Este trabalho intenta fazer uma análise sobre a Educação Especial e a formação dos professores na escola municipal Coriolano Coelho de Almeida, localizado no município de São Bernardo-MA. Visto que, mesmo com todas as leis e políticas que amparam as crianças com deficiência, ainda nos deparamos com a falta de professores especializados, o que gera um impasse para a prática do ensino desta modalidade. Para isto, utilizamos da pesquisa qualitativa, da aplicação de questionários com as professoras e mães dos alunos com deficiência, além da etnografia para compor análise. Verificamos então, que mesmo com a capacitação ofertada mensalmente pela secretaria de educação do município, ainda há limitações na prática docente do ensino para os educandos com deficiência.

**Palavras-chave:** Educação especial. Formação dos professores. Legislação. Inclusão

## **ABSTRACT**

It is known that due to the constant growth of the process of educational inclusion of students with disabilities, there are also questions that must be taken into account, which refers precisely to the educational structures that must be involved in this process: teacher training and qualification. This paper tries to make an analysis on Special Education and teacher training at the Coriolano Coelho de Almeida municipal school, located in the municipality of São Bernardo-MA. Whereas, even with all the laws that protect children with disabilities, we are still faced with the lack of specialized teachers, which creates a deadlock for the practice of teaching this modality. For this, we used the qualitative research, the application of questionnaires with the teachers of the students with disabilities, and the ethnography to compose analysis. We verified that even with the training offered monthly by the education department of the municipality, there are still shortcomings in the teaching practice of teaching for students with disabilities.

**Key words:** Special education. Teacher training. Legislation. Inclusion



## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

- AEE - Atendimento Educacional Especializado
- APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
- BPC – Benefício da Prestação Continuada
- CENESP – Centro Nacional de Educação Especial
- CESB – Campanha para Educação do Surdo Brasileiro
- CGPD - Comitê Gestor de Políticas de Inclusão das Pessoas com Deficiência
- CORDE - Coordenadoria para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência
- ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente
- FENEIS - Federação Nacional de Educação de Surdos
- FPAS - Fundo de Previdência e Assistência Social
- INES - Instituto Nacional de Educação de Surdos
- IPES - Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais
- LBA – Legião Brasileira de Assistência
- LBI – Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência
- LDB - Lei de Diretrizes e Bases *da Educação Brasileira*
- MEC - Ministério da Educação
- PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação
- PDI - Plano de Desenvolvimento Individual.
- PNE – Plano Nacional de Educação
- PNEE – A Política Nacional de Educação Especial
- PNNEEPEI - Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva
- RENAFOR - Rede Nacional de Formação Continuada de Profissionais da Educação Básica
- SEDUC - Secretaria de Estado da Educação
- SEMED - Secretaria Municipal de Educação
- SINPAS – Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
<b>2. EDUCAÇÃO ESPECIAL: A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DO DEBATE</b>	<b>18</b>
<b>3. A EDUCAÇÃO ESPECIAL E O MOVIMENTO PELA INCLUSÃO: LEGISLAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS BRASILEIRAS NO BRASIL A PARTIR DOS ANOS 1990.....</b>	<b>26</b>
<b>4. O DEBATE SOBRE A FORMAÇÃO DOS PROFESSORES NAS LEGISLAÇÕES E POLÍTICAS PÚBLICAS BRASILEIRAS.....</b>	<b>49</b>
<b>5. FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA EDUCAÇÃO ESPECIAL EM SÃO BERNARDO-MA.....</b>	<b>55</b>
<b>5.1 A Escola Coriolano Coelho de Almeida: caracterização do espaço escolar.....</b>	<b>55</b>
<b>5.2 Perspectiva da Educação especial e inclusão: A experiência das professoras da Escola Coriolano Coelho de Almeida.....</b>	<b>62</b>
<b>6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>73</b>
<b>REFERENCIAS.....</b>	<b>75</b>
<b>APENDICE.....</b>	<b>77</b>
<b>APÊNDICE A- Entrevista aplicada aos professores.....</b>	<b>78</b>
<b>APÊNDICE B- Entrevista aplicada às mães.....</b>	<b>80</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Esta monografia advém da minha inquietação com a carência de professores formados para atender os alunos portadores de deficiências nas escolas do município de São Bernardo-MA. Visto que, mesmo com todas as políticas que amparam as crianças deficientes, ainda nos deparamos com situações conflituosas em relação principalmente a capacitação dos professores.

A inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais está crescendo em todo o país<sup>1</sup>, e para que esta inclusão seja realmente efetiva é necessário formas que além de fazer este alunado chegar às salas de aula, que eles permaneçam e que tenham efeitos no processo de ensino-aprendizagem.

Até meados do século XIX as pessoas deficientes eram vistas pela maior parte da sociedade – isso não apenas no nível de Brasil – como alvos de caridade, ou quando não, eram muitas vezes abandonadas, e em casos mais dramáticos em algumas sociedades eram e são exterminadas.

No entanto, há avanços no campo da Educação Especial na perspectiva de inclusão<sup>2</sup> das pessoas com deficiência. A Educação Especial no Brasil foi marcada por fases distintas, perpassando os momentos de rejeição, pois não existia naquele momento amparo legal.

A Educação Especial tem sido bastante discutida nos dias atuais tanto pelas Ciências Humanas, quanto pelos profissionais da Educação, para que se promova uma educação de qualidade a partir das necessidades de cada indivíduo. A escola deve ser um espaço planejado e os profissionais devem

---

<sup>1</sup> Como consta nos dados do Censo Escolar da Educação Básica 2018, o número de matrícula da educação especial chegou a 1,2 milhão em 2018, totalizando um aumento de 33,2% em relação a 2014. Levando em consideração apenas os alunos de 4 a 7 anos da educação especial, verificou-se que o número de matrículas dos alunos incluídos nas classes comuns também teve um aumento gradativo, passando de 87,1% em 2014 para 92,1% em 2018.

<sup>2</sup> Um processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir em seus sistemas sociais gerais pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade. (...) Incluir é trocar, entender, respeitar, valorizar, lutar contra a exclusão, transpor barreiras que a sociedade criou para as pessoas. É oferecer o desenvolvimento da autonomia, por meio da colaboração de pensamentos e formulação de juízo de valor, de modo a poder decidir, por si mesmo, como agir nas diferentes circunstâncias da vida (SASSAKI, 1997, p.41).

sempre dar continuidade a sua formação, para que estejam aptos, preparados e atualizados para atender as demandas dos alunos com deficiência.

As pessoas com deficiência devem estar inseridas não apenas nas escolas, mas em todos os ambientes de forma digna, sem exclusão social. Para essas pessoas sejam inseridas é necessário que os profissionais da educação estejam qualificados para atender os alunos com deficiência, e “para que isso aconteça, é necessário às vezes modificar radicalmente a estrutura e a dinâmica da sala de aula” (RODRIGUES, 2003, p.18).

Este profissional por sua vez, só conseguirá um bom desempenho no ensino-aprendizagem de seu aluno com deficiência se ele conseguir identificar as necessidades desse aluno, tendo como principal base a construção do conhecimento. O elemento fundamental no processo de ensino aprendizagem, transmissão e assimilação do conhecimento é o professor. A escola é, portanto um espaço de troca de saberes e também é rica em sua diversidade cultural.

A educação inclusiva necessita de mudanças no ensino-aprendizagem, no qual o professor deve estar capacitado adequadamente por meio de um processo de desenvolvimento profissional, que engloba desde a formação inicial e a formação continuada, além da aplicação das leis e princípios da educação especial:

Os professores precisam dominar cada vez mais os conteúdos curriculares, os processos de ensino e aprendizagem, isto é, especializarem-se no “o que”, no “como” e no “para que” se ensina e se aprende. Ao nosso ver e inspirados nos projetos que visam uma educação de qualidade para todos, o tratamento das questões relativas ao ensino de pessoas com deficiência na formação geral de educadores eliminaria, em grande parte, os obstáculos que se interpõem entre a escola regular e esses alunos. Em resumo, a formação única para todos os educadores propiciaria a tão esperada fusão entre a educação especial e a regular, nos sistemas escolares (MANTOAN, 2003, 93).

De acordo com Souza e Silva (2005), se faz mais urgente a qualificação profissional para se trabalhar na perspectiva da inclusão social. Isto também é garantido no artigo 59, § III da LDB (96)<sup>3</sup>, ao estabelecer que os sistemas de ensino deverão assegurar a todos os educandos com necessidades especiais, professores com especialização adequada em nível

---

<sup>3</sup> Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais: professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como, professores do ensino regular, capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns. (BRASIL, 1996).

médio e superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular que deverão também ser capacitados para incluir os educandos especiais em classes comuns<sup>4</sup>. É necessário que os professores devam estar em constante formação. Professores não formados na área da Educação Especial é um grande problema no sistema educacional. Por isso o propósito deste trabalho é analisar a formação de professores na Escola Coriolano Coelho de Almeida, saber se as professoras que atende os alunos com deficiências possuem formação na área da educação especial para melhor atendê-los.

Este quadro tem embaraços principalmente pelo fato de que a formação dos professores cada vez se agrava devido às constantes exigências legais que alteram o quadro educacional, propostas pela legislação vigente. Caso da LDB nº 9294/96 que abriu a escola para o processo de inclusão, sob dois polos, se por um lado exige professores que sejam capacitados para lidar com algum tipo de deficiência de seus alunos, noutro polo está a estrutura escolar que ainda é inadequada para receber todas as demandas.

Segundo Novoa (1995, p. 28) é necessário trabalhar no sentido da diversificação dos modelos como das práticas de formação, instituindo novas relações dos professores com o saber pedagógico e também o científico. Nestesentido, a formação dos professores passa pela experimentação, pela inovação, pelo ensaio de novos modos de trabalho pedagógico. E ainda, por uma reflexão crítica sobre a sua utilização.

Assim sendo, a formação passa por processos de investigação, diretamente articulados com as práticas educativas. Nesta pesquisa realizamos estudo bibliográfico sobre a educação especial. A pesquisa bibliográfica baseou-se nos seguintes autores: Perrenoud (2000), Baú e Kubo (2009), Garcia (2011), Matiskei (2004), Sasaki (1997). Outra parte metodológica que norteou a pesquisa foi a pesquisa de campo – Etnográfica que aproximou a teoria da prática.

Por meio desta ferramenta, analisamos a realidade educacional escola visitada. Que num primeiro momento realizou-se com as visitas e observações do cotidiano de cada aluno especial no ambiente escolar, ou seja, na sala de

<sup>4</sup> Na escola tradicional, a diferença é prescrita para a escola especial, a escola integrativa procura responder à diferença desde que ela seja legitimada por um parecer médicopsicológico. A escola inclusiva procura responder, de forma apropriada e com alta qualidade, á diferença em todas as formas que ela possa assumir (RODRIGUES, 2001, p. 16)

aula e no pátio da Escola Coriolano Coelho de Almeida. No segundo momento foi elaborado um questionário e entregue as professoras e as mães dos alunos especiais, ainda no mesmo mês eu participei da formação continuada que é oferecida mensalmente para essas professoras. A formação é ofertada uma vez por mês as aulas são ministradas pela professora Esp. Raquel Carvalho.

A pesquisa se classifica como qualitativa, cujo principal objetivo é investigar a formação dos professores da escola Coriolano Coelho de Almeida, que atuam na educação especial, a partir da análise dos dados obtidos durante a observação na escola, durante as aulas e pelos questionários respondidos pelas mães e professoras.

Este trabalho tem o foco na formação continuada dos profissionais da educação especial, visto que, embora existam leis que garantam o acesso dos educandos com deficiência em muitos lugares não se tem uma grande demanda de professores capacitados para atuar nesta área.

O Plano Nacional de Educação (PNE) faz referência a este contexto na Meta 4, que fala sobre a universalização para estudantes com deficiência, em idade escolar obrigatória, que tenham acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, de preferência na rede regular de ensino, e para isso deve ser garantido um sistema educacional inclusivo, salas de recursos multifuncionais, classes, escolas especializadas. A base para efetivação dessa Meta é proposto no PNE:

4.3. Fomento à formação continuada de professores para atendimento especializado nas escolas urbanas, do campo, indígenas e de comunidades quilombolas;

4.16. Incentivo à inclusão, em cursos de licenciatura, de pósgraduação ou nos demais cursos de formação, de teorias da aprendizagem e dos processos de ensino-aprendizagem relacionados ao atendimento educacional de alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

Fica evidente que há um incentivo com relação à formação continuada em uma abordagem estruturada. Então, um dos pontos mais emergentes em torno da discussão sobre a Educação Especial, e por isso é o cerne deste trabalho, é sem dúvidas a carência de profissionais especializados para lidar

com os alunos com deficiência nas classes regulares. Isso foi então o que norteou o desenvolvimento desta pesquisa, e por isso nosso intuito foi especificamente analisar a formação dos professores na Escola Coriolano Coelho de Almeida. Já que a formação do profissional da educação deve ser pensada com base nas novas demandas da sociedade.

Portanto, por meio deste trabalho, objetivamos expor a carência e a falta de profissionais especializados para atender as demandas na Escola Coriolano Coelho de Almeida, analisando qual a percepção das mães e das professoras que atendem os alunos deficientes desta escola. Quanto à formação profissional, visa analisar as professoras responsáveis pelo ensino-aprendizagem dos alunos portadores de deficiências que são atendidos nesta escola.

Estruturamos este trabalho da seguinte forma: Na parte 2, fazemos uma discussão geral sobre o conceito de Educação Especial, e uma abordagem histórica sobre as propostas de educação especial, com o objetivo de analisar como a educação especial aparece nos principais planos nacionais e internacionais de educação. Na parte 3 fizemos um levantamento sobre as legislações e políticas públicas desenvolvidas no Brasil, tendo como objetivo Destacar as dimensões da legislação que ampara a educação especial.

Na parte 4, fazemos uma breve análise sobre a formação dos professores da rede pública de São Bernardo, a partir do olhar das professoras que trabalham com alunos deficientes na Escola Municipal Coriolano Coelho de Almeida. Na parte 5, fazemos uma breve análise sobre a formação dos professores da rede pública de São Bernardo, a partir do olhar das professoras que trabalham com alunos deficientes na Escola Municipal Coriolano Coelho de Almeida, com o objeto de comprovar se as professoras que atuam nesta escola na estão preparadas, para atender essa demanda.

Por fim, na parte 6, destacamos a conclusão do nosso trabalho. Os dados coletados são de mães e professoras da escola Coriolano Coelho de Almeida, cada um responderá as questões e ao final será feita uma análise comparativa das respostas. O primeiro passo para iniciar a pesquisa foi explicar às professoras e as mães dos alunos, logo nos primeiros encontros,

que eles estariam participando de uma pesquisa sobre a formação dos professores na educação especial naquela escola.

Em seguida, observar o cotidiano escolar dos alunos com deficiência na escola Coriolano Coelho de Almeida que são: Maria (anoxia cerebral, aluna do 4º ano A, turno vespertino). João (síndrome de Down, estuda no 1º ano B, turno matutino) Guilherme (é autista, estuda no 1º ano A, no turno matutino), Pedro (visão espelhada estuda no 2º ano A, no turno matutino) e Arthur (autista, estuda no 2º ano B). Aplicamos o questionário no quarto dia de visita na escola com o objetivo de analisar as respostas obtidas, montando um perfil dos professores e das condições físicas e de ensino na escola pela percepção dos pais.

A partir do resultado da análise do questionário, fizemos a averiguação. Depois em outro momento, participei de uma capacitação concedida aos professores da rede pública do município. Com o objetivo de assessorar e complementar a formação dos professores que atuam com o alunado especial. Primeiramente analisaremos as repostas dadas pelas professoras, para entendermos o perfil dessas professoras e a forma como elas trabalham com o alunado especial na escola investigada.

As professoras são: Angelina (professora da Turma 2º ano A) tem 45 anos, 18 anos de profissão, atua na escola a 2 meses, no turno matutino com um aluno de visão espelhada – a criança vê e escreve as palavras ao contrário . É licenciada em normal superior e pós-graduada em psicopedagogia, possui formação de ensino especializado para atender crianças com necessidades especiais.

Rosana (professora da Turma 2º ano B) tem 41 anos, 15 anos de profissão, trabalha na escola a 1 ano, tem formação em Magistério e Pedagogia, atende 1 aluno especial que é autista. Esta é a primeira vez que ela trabalha com criança especial.

Denize (professora da Turma 4º ano A) tem 48 anos, 10 anos atuando como professora, é formada em magistério, atende 1 aluna portador da deficiência Anoxia cerebral, falta de oxigênio no cérebro.

Vera (professora da Turma 1º ano B), é Licenciada em Linguagens e Códigos, tem 25 anos, é professora a 3 anos, atua no turno matutino há meses, com um aluno portador da síndrome de Down.



Carmem (professora da Turma 1º ano A) tem 37 anos, atua como professora há 15 anos, na escola atual atua a 2 anos no turno matutino. É formada em Magistério, e seu aluno especial é autista.

Assim, este trabalho pretende responder à seguinte questão: A formação dos professores da escola Coriolano Coelho de Almeida está capacitada segundo as recomendações das políticas públicas, para atender o alunado com deficiência?

## 2 EDUCAÇÃO ESPECIAL: A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DO DEBATE

A primeira proposta de Educação Especial iniciou-se em meados do século XIX, visto que, até o século XVIII, a assistência educacional para pessoas com necessidades especiais, era associada ao misticismo e ocultismo, sendo que, nesse período não se tinha concepção sobre as diferenças individuais. Segundo Mendes (2002), o século XVI é caracterizado como período em que a história da educação especial começou a ser traçada.

Durante o processo longo e conflitante para se reconhecer a igualdade de acesso à educação para as pessoas com deficiência, passou-se por períodos conturbados, pois muitas delas eram vistas com preconceito e desinformação, e em determinados contextos sócio-históricos, eram sacrificadas já que eram vistas como vidas inúteis no meio social.

O ensino especial é um tema que tem gerado debate no âmbito escolar, por muitas vezes não proporcionar uma relação entre crianças com necessidades especiais e as demais crianças:

Contudo a Educação especial tem que ser entendida como a modalidade de ensino que se caracteriza por um conjunto de recursos e serviços educacionais especiais organizados para apoiar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação formal de pessoas com deficiência. Tais educandos são exatamente aqueles que hoje em dia têm sido chamados de pessoas portadoras de necessidades especiais. Entende-se que tais necessidades educacionais especiais decorrem da defrontação das condições individuais com as condições gerais da educação formal que lhe é oferecida (DOMINGUES e DOMINGUES, 2009, p.3).

Segundo Garcia (2011), quando observamos a História antiga e Medieval, existia dois tipos de tratamento para aqueles que nasciam com deficiências: A proteção assistencialista e piedosa e de outro lado à rejeição e eliminação. No caso da Roma Antiga, os nobres assim como os plebeus, sacrificaram os filhos que nasciam com algum tipo de deficiência. Da mesma proporção, em Esparta, tanto os bebês como as pessoas que adquiriam alguma deficiência ao longo da vida eram jogadas ao mar ou em precipícios.

No Brasil, a Educação Especial pode ser fragmentada em três períodos: de 1854 a 1956 foi um período marcado por iniciativas de caráter privado. De 1957 a 1993, foi um período definido por ações oficiais de âmbito nacional, período este que foi caracterizado pelos momentos em favor da inclusão escolar.

Segundo Moreira (2013), No Brasil o primeiro marco da educação especial ocorreu no período imperial. Neste período passou a ter os primeiros atendimentos e/ou auxílios para as pessoas com deficiência. Em 1854, Dom Pedro II, influenciado pelo ministro do Império Couto Ferraz, admirado com o trabalho do jovem cego José Álvares de Azevedo que educou a filha do médico da família imperial. Dr. Sigaud<sup>5</sup> foi um dos principais influenciadores para a construção o Imperial Instituto dos Meninos Cegos na América do Sul.

Segundo Domingues e Domingues (2009, p.01), a educação especial desde meados da década de 1950 perdurando até os anos 80 tem sido frequentemente tratada como algo irrelevante muitas vezes, e/ou em outras ocasiões tem sido entendida como apenas um complemento da educação regular. Isto porque se atribui à educação especial o sentido de dar assistência aos deficientes e não se entende como sendo uma educação voltada para os alunos portadores de deficiências.

Mas, em 1954 o Rio de Janeiro foi palco da criação da primeira escola em especial da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) que tiveram influência “do casal de norte-americanos Beatrice Bemis e George Bemis, membros da National Association for Retarded Children e a atual National Association for Retarded Citizens (NARCH), que em visita ao Brasil tentavam estimular a criação de associações deste tipo” (MENDES, 2010, p. 99).

No entanto, apenas em 1957, a educação especial teve destaque diante do poder público com a criação de algumas campanhas como: Campanha para a Educação do Surdo Brasileiro – CESB, dando seguimento à criação do Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES, que existe até os dias atuais, no Rio de Janeiro/RJ.

---

<sup>5</sup> Um médico francês que chegou ao Brasil em 1825 e participara da criação da Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro em 1829, ao dar aulas do Sistema Braille para sua filha, Adèle Marie.

Uma das atividades deste instituto foi à realização de diversas oficinas como, por exemplo: sapataria para meninos e tricô para meninas. Estes espaços criados serviram como base para iniciar um aprofundamento e discussão sobre a educação especial. É importante lembrar que essas ações não estavam inseridas as políticas públicas de educação. Passou-se um bom tempo para a Educação Especial ser reconhecida e fazer parte do sistema educacional.

O ministério da Educação a partir de 1958, “começou a prestar assistência técnica-financeira às secretarias de educação e instituições especializadas, lançando as campanhas nacionais para a educação de pessoas com deficiências” (MENDES, 2010, p. 99). As principais campanhas foram: Campanha para Educação do Surdo Brasileiro (CESB), em 1957; Campanha Nacional de Educação e Reabilitação dos Deficitários Visuais (CNERDV), em 1958; Campanha Nacional de Educação do Deficiente Mental (Cademe), em 1960 (MENDES, 2010, p. 99).

A campanha Nacional de Educação e Reabilitação de Deficientes Mentais – CADEME – foi criada em 1960 devido às pressões que o governo sofreu por parte das pessoas ligadas a Sociedade Pestalozzi e da Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais, ancorados pelo movimento populista<sup>6</sup>. Segundo (MAZZOTA; JANUZZI,.) a CADAME tinha por objetivo “promover, em todo o território nacional, a educação, treinamento, reabilitação e assistência educacional das crianças retardadas e outros deficientes mentais de qualquer idade ou sexo(...)” (2005, p. 52).

Em meio a esse contexto, foi promulgada em 20 de Dezembro de 1961, a primeira Lei LDB 4.024/1961, que serviu de base para a educação nacional. No que concerne à Educação Especial, consta nos Art. 88 e 89, referências da educação dos excepcionais, que deveriam se enquadrar que caso fosse possível no sistema regular de ensino:

Após a promulgação da LDB de 1961 começaria a ser observado o crescimento das instituições privadas de cunho filantrópico. Em 1962, por exemplo, havia 16 instituições apenas e foi criado então um órgão normativo e representativo de âmbito nacional, a Federação Nacional

---

<sup>6</sup> Movimento que reivindica mais atenção às causas de pessoas mais pobres ou necessitadas, criando políticas assistencialistas. Aqui no Brasil este período houve muitas mudanças e melhorias para a população brasileira.

das Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), (FENAPAES), que realizou seu primeiro congresso em 1963.6 Em 1967 a Sociedade Pestalozzi do Brasil contava com 16 instituições espalhadas pelo país (MENDES, 2010, p. 99).

Podemos compreender que, no sistema geral de ensino deveria haver a inclusão de todos os alunos, mas quando não houvesse a possibilidade, seria preciso enquadrar esta criança dentro de um sistema especial.

No ano posterior, por meio do Plano Nacional de Educação, 5% de recursos foram destinados do Fundo Nacional de Ensino Primário, para bolsas de estudos para alunos do ensino regular e educação de excepcionais, dando prioridade para dar assistência às crianças de qualquer deficiência. Em 1962, houve a Conferência de Punta Del Leste, na qual o Brasil foi pressionado pelos demais países latino-americanos para que assumisse o compromisso de erradicação do analfabetismo.

Com a proposta de dar fim ao analfabetismo no país, foi promulgada em 27 de Outubro de 1964 a Lei nº 4440, cuja criou o Salário-Educação, este destinaria recursos para a manutenção das escolas nas séries iniciais. Estes recursos seriam aplicados para a melhoria das escolas, a aquisição de material pedagógico, como fomentar o aperfeiçoamento dos professores, e entre os contemplados estavam as instituições que eram destinadas à Educação Especial.

O ano de 1964 também trouxe o Decreto nº 54188/64, que teve como objetivo chamar a atenção de toda sociedade para os problemas enfrentados pelas crianças deficientes. Por meio deste Decreto, o Presidente instituiu a Semana Nacional da Criança Excepcional que compreendia o período de 21 a 28 de agosto, que deveria ser dedicada às crianças deficientes.

O Art. 168 da nova Constituição de 1967 trouxe algumas alterações, ao que se refere à educação, entendida neste artigo como sendo “um direito de todos, assegurando-se a igualdade de oportunidades”. No entanto, não ficou claro quem se encaixaria no termo “todos”.

Por meio da Emenda Constitucional nº 1 em 17 de Outubro de 1969, acrescentou ao Art. 175 § 4º da Constituição, que “(...) Lei especial disporá sobre a assistência à maternidade, à infância e à adolescência e sobre a educação dos excepcionais”; e o Art. 176 que diz, “A educação, inspirada no

princípio de unidade nacional e nos ideais de liberdade e solidariedade humana, é direito de todos e dever do Estado e será dada no lar e na escola”.

Nestes trechos foi retirado a igualdade de oportunidades, e se acrescenta a noção de responsabilidade do Estado em relação a Educação Especial, fato esse inovador na ocasião. Pois segundo esta Emenda, o Estado é responsável a dar assistência educacional aos excepcionais.

Após esse momento, a LDBEN/1961 foi alterada pela Lei nº 5.692/71 que define o “tratamento especial” aos alunos portadores de “deficiências físicas, mentais, os que se encontram em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados”. Esta alteração traz o direcionamento que os alunos com necessidades educacionais devam ser encaminhados para escolas especiais.

Na LDB 5.692/71, fica evidente com relação à educação especial: a questão da educação do aluno deficiente deve estar a cargo do ensino regular, para que deste modo possa haver o desenvolvimento social. O Art. 9º desta Lei definiu os alunos que apresentavam deficiências físicas ou mentais, e que estavam em atraso considerável em relação à idade regular de matrícula, e os superdotados seria a clientela de educação especial. Em síntese, foi atribuído que a educação especial deveria atuar com o público que fosse identificado com problemas evidentes de fracasso na escola.

A aprovação da Lei 5.692/72 dedicou seu Art. 9º para tratar especificamente da educação especial, evidenciando neste artigo o “tratamento especial aos excepcionais”. Essa Lei trouxe várias alterações na Educação Básica Nacional. A alteração mais significativa é que na antiga LDB a educação especial era entendida de forma distanciada, já nesta nova LDB a educação dos excepcionais é tratada como vinculada ao ensino regular.

O início das várias ações em prol da educação especial ocorreu por meio da Lei de Diretrizes e Bases para o 1º e 2º graus. É o caso do Parecer nº 848/72, que solicitou a atuação do Conselho Federal de Educação, “no sentido que forneça subsídios para o equacionamento do problema relacionado com a educação dos excepcionais” (MAZZOTA, 2005, p. 54).

O Decreto nº 72.425, de 3 de Julho de 1973, criou o Centro Nacional de Educação Especial (Cenesp), que atuando sob o esteio integracionista, deu impulso às ações educacionais voltadas para as pessoas com deficiências e

também para as que possuem superdotação, contudo continuaram configuradas por campanhas de assistência.

O Ministério da Educação se constituiu como o primeiro órgão educacional do governo federal, a ser responsável pela definição da política de educação especial. Segundo Mendes (2010, p. 101), em 1976 a criação do Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social (Sinpas), e seu instrumento financeiro, o Fundo de Previdência e Assistência Social (FPAS), permitiu reunir e centralizar as várias instituições que eram responsáveis pelos programas de assistência social, como a Legião Brasileira de Assistência (LBA), que era responsável pelo financiamento das instituições filantrópicas privadas.

Até este momento, não existia uma efetiva política pública que garantisse acesso universal à educação, ou seja, permanecia a “concepção de “políticas especiais” para tratar da educação de alunos com deficiência” (p. 12). Quanto aos alunos com superdotação, embora exista o acesso para frequentar o ensino regular, ainda não se tem neste momento um atendimento especial organizado que leve em consideração as singularidades e peculiaridades de aprendizagem deste alunado.

Com relação ao início da assistência médica as pessoas com deficiência intelectual, se deu com a criação do Hospital Juliano Moreira, na Bahia em 1974. E em 1887, no Rio de Janeiro foi criada a “Escola México”, que atendia pessoas com deficiências físicas e intelectuais.

O governo e os Ministérios da Cultura, Educação e Assistência social utilizaram a Portaria nº 477 de 11 de Agosto de 1977, já que esta visa à integração social, para estabelecer as diretrizes básicas para a ação integrada dos órgãos que são subordinados a esses órgãos, no atendimento aos excepcionais.

Esta Portaria foi regulamentada pela Portaria Interministerial nº 186, de 10 de Março de 1978, e possui como principais objetivos, a ampliação de oportunidades no atendimento especializado, “de natureza médico-psicossocial e educacional para excepcionais, a fim de possibilitar sua integração social”, como também “propiciar continuidade de atendimento aos excepcionais, através de serviço especializado de reabilitação e educação”.

Ainda em 1977 foram implantados “os primeiros cursos de formação de professores na área de educação especial ao nível do terceiro grau e os primeiros programas de pós-graduação a se dedicarem à área de educação especial (Mendes apud Nunes ET alii; Bueno, 2010, p. 101).

Em 1980 a ONU organizou o Ano Internacional das Pessoas Deficientes (AIPD), no sentido de estimular o movimento das associações que buscam reconhecimento e preservação dos direitos, tendo por lema “Participação Plena e Igualdade”. O surgimento do AIPD colocou as pessoas portadoras de deficiências no centro de debates e discussões no mundo todo.

Ainda na década de 80, algumas associações importantes para luta da causa dos deficientes foram criadas, como a FEBEC – Federação Brasileira de Entidades de Cegos, que tinha o objetivo de representar a coletividade cega brasileira e lutar em defesa de suas necessidades básicas e fundamentais. Como também a Federação Nacional de Educação de Surdos (FENEIS) que tem por objetivo a defesa e a luta dos direitos da Comunidade Surda Brasileira. E, além disso, teve o Movimento de Reintegração dos Hansenianos (MORHAM), que se empenha para possibilitar que a hanseníase seja compreendida na sociedade como uma doença normal, com tratamento e cura, eliminando assim o preconceito e estigma em torno da doença.

Os anos 80 começam uma mudança paradigmática no campo da Educação Especial. No ano de 1985 foi realizada a Assembleia Geral das Nações Unidas e o Programa de Ação Mundial para as Pessoas Deficientes, que recomendava “quando for pedagogicamente factível, o ensino da pessoa deve acontecer dentro do sistema escolar normal.” (GUEBERT, 2007, p. 34-5).

Em 1986, aparece na Portaria CENESP/MEC nº 69 a mudança da nomenclatura “alunos excepcionais” para “alunos com necessidades educacionais especiais”. Entende-se que o princípio básico aí implícito é o de que a educação dos alunos com necessidades especiais deve ocorrer com a utilização dos mesmos serviços educacionais organizados para a população em geral, mas se pode também compreender que, quando esta não se enquadra no sistema geral, deveria constituir um sistema especial, se tornando um subsistema a margem.

Um fato marcante desta década foi a promulgação do Decreto nº 93.613, de 21 de Novembro de 1986, que transformou o CENESP em



Secretaria de Educação Especial – SEESPE e a sede deste órgão foi fixada em Brasília. Junto com o SESPE foi instituído um comitê nacional para “traçar política de ação conjunta, destinada a aprimorar a educação especial e a integrar, na sociedade, as pessoas com deficiências, problemas de conduta e superdotados” (MENDES, 2010, p.101).

Ainda em 1986 foi lançado o “Plano Nacional de Ação Conjunta”, e a partir disso, foi instituída a Coordenadoria para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (Corde), dispendo sobre a atuação da Administração Federal, no que concerne às pessoas com deficiência, por meio do Decreto Nº 93.481, de 29/10/1986.

Percebemos, na história da Educação Especial, que há documentos pontuais e isolados, que não trazem este tipo de educação na perspectiva dos direitos. Os anos 1990 são marcos na Educação Especial. No Brasil, a nova perspectiva se coloca com a Constituição Federal de 1988.

### **3 A EDUCAÇÃO ESPECIAL E O MOVIMENTO PELA INCLUSÃO: LEGISLAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS BRASILEIRAS NO BRASIL A PARTIR DOS ANOS 1990**

Um dos dispositivos legais que garantem legalmente a assistência às pessoas com necessidades educacionais especiais é a Constituição da República (1988) que, visa promover “o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (art.3º inciso IV). Aqui notamos que existia uma preocupação com a diversidade, e que o Estado deve promover o bem estar e equidade dos direitos a todas as pessoas.

A educação é definida no Art. 205, no qual destaca como sendo, “um direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho”. No Art. 206, inciso I, estabelece a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola” como um dos princípios para o ensino e garante como dever do Estado, a oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino (Art. 208).

A integração das pessoas especiais no ambiente escolar foi o cerne da Lei nº 7.853/89 – Apoio às pessoas portadoras de deficiência - na qual dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência e sua integração social. Define-se como *crime* em relação ao acesso escolar do aluno especial “recusar, suspender, adiar, cancelar ou extinguir a matrícula de um estudante por causa de sua deficiência, em qualquer curso ou nível de ensino, seja ele público ou privado”. A pena para o infrator pode variar de um a quatro anos de prisão, mais multa.

No Art. 2º desta mesma Lei diz que, cabe ao Poder Público assegurar às pessoas portadoras de deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos, inclusive dos direitos à educação, à saúde, ao trabalho, ao lazer e de outros que, decorrentes da Constituição e das leis, propiciem seu bem-estar pessoal, social e econômico.

Com relação à educação, esta mesma Lei afirma a inclusão, no sistema educacional, da Educação Especial como modalidade educativa que

abranja a educação precoce, a pré-escolar, as de 1º e 2º graus, a supletiva, a habilitação e reabilitação profissionais, com currículos, etapas e exigências de diplomação própria; e que seja obrigatório o oferecimento de programas de Educação Especial em estabelecimentos públicos de ensino. Além disso, evidencia o acesso de alunos portadores de deficiência aos benefícios conferidos aos demais educandos, inclusive material escolar, merenda escolar e bolsa de estudo.

A educação especial é um assunto que rende muito embate, discussões e muitas dúvidas sobre o que seria mais adequado para o ensino das crianças com deficiência, assim como o campo da inclusão, sobre que seria apropriado também para as crianças ditas *normais*.

Veremos a seguir o espaço que as leis dedicam à educação especial, em alguns momentos com interpretações ainda pouco inclusivas. Visto isso, o atual percurso da educação especial foi estabelecido pelos diversos planos nacionais e internacionais de educação geral.

Um dos documentos extremamente importante quando falamos sobre a preocupação da legislação com relações às crianças especiais é com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) – Lei nº. 8.069/90, que garante o atendimento educacional especializado às crianças com deficiência preferencialmente na rede regular de ensino; trabalho protegido aos adolescentes com deficiência e prioridade de atendimento nas ações e políticas públicas de prevenção e proteção para famílias com crianças e adolescentes nessa condição.

Nos seus artigos 1º, 3º e 4º se destaca a importância da atenção às pessoas com deficiência, apontando que deve ser um dever de todos, para o alcance deste objetivo (BRASIL, 199). Em seu Art. 53 desse referido Estatuto, assegura que a criança e o adolescente têm direito a educação, visando pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho. O Art. 55 traz um reforço dos dispositivos legais que determinam que “os pais ou responsáveis têm a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino”.

Neste mesmo ano, foi promulgada a Conferência Mundial de Educação para Todos, e a partir dela documentos internacionais passaram a influenciar a formulação das políticas públicas da educação inclusiva. Na esteira de Ribeiro

(2003, p. 46) esta conferência aborda “a importância de universalizar o acesso à educação e promover a equidade”.

Além disso, segundo Ribeiro (2003), foi reiterado nesta conferência que as necessidades básicas de aprendizagem das pessoas com deficiência requerem atenção especial e é preciso tomar medidas que garantam igualdade de acesso à educação aos portadores de todos e qualquer tipo de deficiência, como parte integrante do sistema educativo.

A educação especial a partir das campanhas internacionais passou a ter uma maior visibilidade e destaque nos debates nacionais, além da perspectiva de criar estratégias que atentam para a inclusão das pessoas com deficiência, como é o caso da Conferência Mundial de Educação (UNESCO, 1990), na qual o Brasil assumiu o compromisso de lutar pelo o ensino inclusivo. Nesse contexto histórico, destaca-se a criação da Lei brasileira com relação às pessoas portadoras de autismo, que é *A Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista* que foi constituída pela Lei nº 12.764.; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Consta no Art. 1º deste documento que, “esta Lei institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista e estabelece diretrizes para sua consecução”.

Em seu paragrafo 1º, destaca as características da pessoa com transtorno do espectro autista, “deficiência persistente e clinicamente significativa da comunicação e da interação sociais, manifestada por deficiência marcada de comunicação verbal e não verbal usada para interação social; ausência de reciprocidade social; falência em desenvolver e manter relações apropriadas ao seu nível de desenvolvimento”;

No Art. 2º deste documento, destacam-se as Diretrizes da Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, a saber, “a participação da comunidade para formulação de políticas públicas voltadas para as pessoas com transtorno do espectro autista e para o controle social da sua implantação, bem como o acompanhamento e avaliação destes”. Também reitera sobre “a atenção integral às necessidades de saúde da pessoa com transtorno do espectro autista, buscando o diagnóstico precoce, o atendimento multiprofissional e o acesso a medicamentos e nutrientes”.

No Art. 3º são citados os direitos da pessoa com transtorno do espectro autista, “a vida digna, a integridade física e moral, o livre desenvolvimento da personalidade, a segurança e o lazer; a proteção contra qualquer forma de abuso e exploração”. No Inciso 4, evidencia que pessoa com transtorno do espectro autista deve ter acesso “à educação e ao ensino profissionalizante; à moradia, inclusive à residência protegida; ao mercado de trabalho e à previdência social e à assistência social”.

Surge em 1993, o Decreto nº 914/93 – Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência que expressa um conjunto de orientações normativas que objetivam assegurar o pleno exercício dos direitos individuais e sociais das pessoas portadoras de deficiência. Neste Decreto, ficou estabelecido no Art. 3º uma definição sobre o que seria *deficiência*, a saber, “toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano”.

Em 1994, surge a Declaração de Salamanca<sup>7</sup> (UNESCO, 1994) que foi de extrema importância para a implementação de políticas públicas com mais veemência para garantir os direitos à educação das pessoas com necessidades especiais e o progresso da educação inclusiva.

A Declaração de Salamanca (1994) dispõe sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educacionais especiais. E tornou-se um importante marco na luta em defesa da escola inclusiva, tem como ideia norteadora o direito à educação, considerando as características dos alunos, com uma proposta de pedagogia centrada na criança e que respeite suas limitações e potencialidades.

Este documento destaca as necessidades das escolas serem projetadas com adaptações na edificação, e afirma que as políticas públicas devem prover a formação de professores voltada para a inclusão. A Declaração de Salamanca ampliou o que se entendia até então como conceito

---

<sup>7</sup> A Declaração de Salamanca (Salamanca - 1994) é uma resolução das Nações Unidas que trata dos princípios, política e prática em educação especial. Através desta as pessoas com necessidades especiais passaram a ter mais oportunidade. Esta Declaração tornou-se um dos documentos mais importantes quando o assunto é inclusão social.

de necessidades educacionais especiais<sup>8</sup>, que segundo consta nesta Declaração não necessariamente é as comprovadamente que tenham deficiências. Mas, todo o alunado que não consegue se desenvolver dentro dos parâmetros da escola como os demais alunos.

Nela destaca-se também o papel dos governos na criação de programas de acesso e ampliação da inclusão escolar, e a formação dos professores. Segundo Passos (2009, p. 29, 30), o conjunto de princípios que regem a declaração de Salamanca são:

- Toda criança tem direito fundamental à educação e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem;
- Toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas;
- Aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer tais necessidades;
- Escolas regulares, que possuam tal orientação inclusiva, constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias, criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos; além disso, tais escolas proveem uma educação efetiva à maioria das crianças e aprimora a eficiência e, em última instância, o custo da eficiência de todo o sistema educacional.

Como já mencionado, por meio desta Declaração o conceito de *necessidades educacionais especiais* pôde ser disseminado amplamente e passou-se a ressaltar “a interação das características individuais dos alunos com o ambiente educacional e social” (BRASIL, 2010, p. 21).

Em 1994, também foi criado no Brasil *A Política Nacional de Educação Especial* que, em movimento contrário ao da inclusão, demarca retrocesso das políticas públicas ao orientar o processo de “integração instrucional” que condiciona o acesso às classes comuns do ensino regular àqueles que “(...) possuem condições de acompanhar e desenvolver as atividades curriculares programadas do ensino comum, no mesmo ritmo que os alunos ditos normais”.

<sup>8</sup> Segundo Moreira (2013) Assim, a ideia de "necessidades educacionais especiais" passou a incluir, além das crianças portadoras de deficiências, aquelas que estejam experimentando dificuldades temporárias ou permanentes na escola, as que estejam repetindo continuamente os anos escolares, as que sejam forçadas a trabalhar, as que vivem nas ruas, as que moram distantes de quaisquer escolas, as que vivem em condições de extrema pobreza ou que sejam desnutridas, as que sejam vítimas de guerra ou conflitos armados, as que sofrem de abusos contínuos físicos, emocionais e sexuais, ou as que simplesmente estão fora da escola, por qualquer motivo que seja.

O texto trata também sobre a formação dos professores e de currículos, métodos, técnicas e recursos para atender as necessidades das crianças com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades.

Este documento objetiva a participação e a aprendizagem dos alunos com deficiência, orientando os sistemas de ensino para que promovam respostas as necessidades especiais, garantindo-lhes:

- Transversalidade da educação especial desde a educação infantil até a educação superior;
- Atendimento educacional especializado;
- Continuidade da escolarização nos níveis mais elevados do ensino;
- Formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão escolar;
- Participação da família e da comunidade;
- Acessibilidade urbanística, arquitetônica, nos mobiliários e equipamentos, nos transportes, na comunicação e informação; e
- Articulação intersetorial na implementação das políticas públicas.

*A Política Nacional de Educação Especial* tem como objetivo assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades, orientando os sistemas de ensino para garantir: o acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino; transversalidade da modalidade de educação especial desde a educação infantil até a educação superior; oferta do atendimento educacional especializado; formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação, para a inclusão; participação da família e da comunidade; acessibilidade arquitetônica, nos transportes, nos mobiliários, nas comunicações e informação; e articulação intersetorial na implementação das políticas públicas:

Entenda-se por Política Nacional de Educação Especial a ciência e a arte de estabelecer objetivos gerais e específicos, decorrentes da interpretação dos interesses, necessidades e aspirações de pessoas portadoras de deficiência, condutas típicas (problemas de conduta), e de altas habilidades (superdotadas), assim como de bem orientar todas as atividades que garantem a conquista e a manutenção de tais objetivos (BRASIL/MEC/SEESP, 1994, p.7).

A PNEE orienta o processo de “integração institucional que condiciona o acesso às classes comuns do ensino regular, a fim de superar a visão da

educação especial no ensino brasileiro”. Através desta os estudos de alunos com deficiência são complementados com mais recursos, a fim de facilitar o acesso, permanência e a participação inclusiva nas turmas de ensino regular, sendo independentes. Já que segundo este documento, os alunos com deficiências “(...) possuem condições de acompanhar e desenvolver as atividades curriculares programadas do ensino comum, no mesmo ritmo que os alunos ditos normais” (p.19).

Antes da PNEE, os alunos com deficiência eram atendidos em classes ou escolas especiais o que dificultava o ingresso deste aluno na real convivência com os demais indivíduos. De acordo com a *Política Nacional de Educação Especial* (BRASIL, 1994):

Educação Especial é um processo que visa promover o desenvolvimento das potencialidades de pessoas portadoras de deficiências, condutas típicas ou de altas habilidades, e que abrange os diferentes níveis e graus do sistema de ensino. Fundamenta-se em referenciais teóricos e práticos compatíveis com as necessidades específicas de seu alunado. O processo deve ser integral, fluindo desde a estimulação essencial até os graus superiores de ensino. Sob o enfoque sistêmico, a educação especial integra o sistema educacional vigente, identificando-se com sua finalidade, que é a de formar cidadãos conscientes e participativos.

Como lembra o documento *A Política Nacional de Educação Especial* (BRASIL, 1994), a trajetória da educação especial no Brasil, está intrinsecamente ligada à evolução da conquista dos direitos humanos:

[...] a história dos chamados excepcionais, hoje denominados pessoas com deficiência, é constituída de maus tratos, superstições, exclusões e de atitudes segregadoras. A princípio a sociedade dispensava às pessoas com deficiência, tratamento que as marginalizavam e estigmatizavam. (Bezerra e Figueiredo, 2010, p. 25).

Segundo a *Política Nacional de Educação Especial* (BRASIL, 1994), “aquele que, por apresentar necessidades próprias e diferentes dos demais alunos no domínio das aprendizagens curriculares correspondentes a sua idade, requer recursos pedagógicos e metodologias educacionais específicas”. Ou seja, todo o sistema educacional, atuando conjuntamente com o corpo administrativo e docente da escola tem que identificar os casos de pessoas



com necessidades especiais, para criar meios e ferramentas que irão auxiliar este alunado.

Em 1994, o Ministério da Educação (MEC) abriu a Portaria nº 1.793, no qual, recomenda a inclusão de conteúdos relativos aos aspectos éticos, políticos e educacionais da normalização e a integração da pessoa portadora de necessidades especiais nos currículos de formação de docentes.

Uma das formas de inclusão dos especiais para além do acesso à educação, foi a Lei nº 8.859/94 que alterou os dispositivos da Lei nº 6.494, de 7 de Dezembro de 1977, diz em seu Artigo 1º “Art. 1º “As pessoas jurídicas de Direito Privado, os órgãos de Administração Pública e as Instituições de Ensino podem aceitar, como estagiários, os alunos regularmente matriculados em cursos vinculados ao ensino público e particular”, assim, estende aos alunos de ensino especial o direito à participação em atividade de estágio.

Com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a LDB (1996), o ensino de 1º e 2º graus, confere destaque a atendimento a deficientes e a superdotados, em seu artigo 9º e seu artigo IV e IV-A (o qual fora incluído pela lei nº 13.234, de 2015), na qual a União tem a incumbência:

IV - estabelecer, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, competências e diretrizes para a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio, que nortearão os currículos e seus conteúdos mínimos, de modo a assegurar formação básica comum;

IV- A - estabelecer, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, diretrizes e procedimentos para identificação, cadastramento e atendimento, na educação básica e na educação superior, de alunos com altas habilidades ou superdotação;

A nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB trouxe novos conceitos sobre a educação especial como modalidade de educação escolar e sobre os alunos com deficiência a serem debatidos junto ao seu texto. Segundo Ribeiro (2003), “veio subsidiar uma ação educativa compromissada com a formação de cidadão, mostrando que a educação especial é parte integrante da educação geral, adotando o princípio da inclusão”.

Isto quer dizer que, a nova LDB defende que o ensino para criança, jovem e adultos portadores de necessidades educativas especiais estejam preferencialmente inseridos no sistema comum da educação. Além também de

assegurar a terminalidade específica para aqueles que não conseguirem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências; assim, assegura a aceleração de estudos aos superdotados para conclusão do programa escolar.

Em seu trecho mais controverso (art. 58 e seguintes), diz que “o atendimento educacional especializado será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns do ensino regular”.

No Artigo 59, a nova LDB dispõe sobre as garantias didáticas diferenciadas, como currículos, métodos, técnicas e recursos educativos; terminalidade específica para os alunos que não possam atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude da deficiência; especialização de professores em nível médio e superior e educação para o trabalho, além de acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais.

Também define, dentre as normas para a organização da educação básica, a “possibilidade de avanço nos cursos e nas séries mediante verificação do aprendizado” (art. 24, inciso V) e “(...) oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames” (art. 37).

Neste documento, também foi definido o que seria *discriminação* com base na deficiência; “toda forma de exclusão que impeça ou anule o pleno exercício dos direitos humanos e de suas liberdades fundamentais”. A partir deste reconhecimento, exige-se uma reinterpretação da educação especial, que deverá ser compreendida no contexto da diferenciação, para que se promova a eliminação das barreiras existentes e que impedem o acesso universal à escolarização.

Foi apenas em meados de 1999, que houve a definição de educação especial como sendo uma modalidade transversal a todos os níveis e modalidades de ensino, dando ênfase na atuação complementar da educação especial no ensino regular. Isto foi integrado no Decreto nº 3.298, que regulamenta a Lei nº 7.853/89, que dispõe sobre a Política Nacional para a

Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, e define a educação especial como uma modalidade transversal a todos os níveis e modalidades de ensino.

Neste mesmo ano, a Convenção da Guatemala (1999) foi um grande marco na luta por reconhecimento da igualdade das pessoas deficientes e foi promulgada pelo Decreto nº 3.956/2001. Nesta Convenção, foi afirmado que as pessoas com deficiências têm os mesmos direitos humanos e liberdades fundamentais que qualquer outra pessoa, logo, não é por que alguém tem deficiência que seus direitos seriam anulados. O objetivo principal desta convenção é assegurar a plena integração da pessoa com deficiência no “contexto socioeconômico e cultural” do país.

Em seu Artigo 24, I, II e IV, o Decreto nº 3.956/2001 estabelece a matrícula compulsória de pessoas com deficiência em cursos regulares, e considera a educação especial como modalidade de educação escolar que permeia transversalmente todos os níveis e modalidades de ensino, a oferta obrigatória e gratuita em estabelecimentos públicos de ensino, dentre outras medidas. Desta forma, reforça que o papel da educação especial como uma das modalidades de ensino é categoricamente promover o desenvolvimento das potencialidades que o aluno portador de necessidades especiais tem:

O atendimento educacional especializado tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas. As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela (BRASIL, 2010, p. 22-23).

Em consonância a isso, as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, na Resolução CNE/CEB nº 2/2001 no artigo 2º, Determinam que os sistemas de ensino devam matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizarem-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais (art. 2º), o que contempla, portanto, o atendimento educacional especializado complementar ou suplementar à escolarização. Porém, ao admitir a possibilidade de substituir o ensino regular, acaba por não potencializar a educação inclusiva prevista no seu artigo 2º.

As Diretrizes Nacionais para a Educação Especial surgiram neste mesmo ano, com a Resolução CNE/CEB nº 2, na qual afirma que, os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizarem-se para o atendimento aos educandos portadores de deficiência, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos.

Segundo as Diretrizes, o professor deve adquirir habilidades que os façam refletir sobre as práticas de ensino dentro das salas e a partir disso desenvolvam abordagens dinâmicas inclusivas como seu papel educador social. Em relação à Formação e o tipo de capacitação dos docentes para atuar na educação inclusiva, encontramos os respaldos nas Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (2001), em seu artigo 18:

§1º: São considerados professores capacitados para atuar em classes comuns com alunos que apresentam necessidades educacionais especiais aqueles que comprovem que, em sua formação, de nível médio ou Superior, foram incluídos conteúdos sobre educação especial adequados ao desenvolvimento de competências e valores [...].

§2º: São considerados professores especializados em educação especial aqueles que desenvolveram competências para identificar as necessidades educacionais especiais para definir, implementar, liderar e apoiar a implementação de estratégias de flexibilização, adaptação curricular, procedimentos didáticos pedagógicos e práticas alternativas, adequados ao atendimentos das mesmas, bem como trabalhar em equipe, assistindo o professor de classe comum nas práticas que são necessárias para promover a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais. (BRASIL/ MEC, 2001)

Como salienta Brasil (2010, p. 23) dentre as atividades de atendimento educacional especializado são disponibilizados:

programas de enriquecimento curricular, o ensino de linguagens e códigos específicos de comunicação e sinalização e tecnologia assistiva. Ao longo de todo o processo de escolarização esse atendimento deve estar articulado com a proposta pedagógica do ensino comum. O atendimento educacional especializado é acompanhado por meio de instrumentos que possibilitem monitoramento e avaliação da oferta realizada nas escolas da rede pública e nos centros de atendimento educacional especializados públicos ou conveniados.

Já o Plano Nacional de Educação – PNE, formulado pela Lei nº 10.172/2001, destaca que “o grande avanço que a década da educação

deveria produzir seria a construção de uma escola inclusiva que garanta o atendimento à diversidade humana”. com objetivos e as metas de forma que os sistemas de ensino favoreçam o atendimento as necessidades educacionais especiais dos alunos, com isso, consegue apontar um déficit referente à formação docente, ao atendimento educacional especializado e à oferta de matrículas aos alunos com deficiência nas classes comuns do ensino regular.

Complementando esta Resolução, o Parecer CNE/CP nº 9, estabelece que a educação básica deva ser inclusiva, para atender a uma política de integração dos estudantes com necessidades educacionais especiais nas classes comuns dos sistemas de ensino. Isso exige que a formação dos docentes das diferentes etapas inclua conhecimentos relativos à educação desses alunos.

Outro parecer, o CNE/CEB nº 17, destaca no item 4 que a inclusão na rede regular de ensino não consiste apenas na permanência física desses alunos junto aos demais educandos, mas representa a ousadia de rever concepções e paradigmas, bem como de desenvolver o potencial dessas pessoas.

Com relação às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, a Resolução CNE/CP nº 1/2002, define que as instituições de ensino superior devem prever em sua organização curricular formação docente voltada para a atenção à diversidade e que contemple conhecimentos sobre as especificidades dos alunos com necessidades educacionais especiais:

Art. 1º As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, constituem-se de um conjunto de princípios, fundamentos e procedimentos a serem observados na organização institucional e curricular de cada estabelecimento de ensino e aplicam-se a todas as etapas e modalidades da educação básica.

Quanto às formas de orientação inerentes à formação para a atividade docente destacam-se:

I - o ensino visando à aprendizagem do aluno;

II - o acolhimento e o trato da diversidade;

III - o exercício de atividades de enriquecimento cultural;

No Art. 3º desta Resolução quanto à formação de professores os princípios que norteiam o preparo para o exercício específico desse profissional:

II - a coerência entre a formação oferecida e a prática esperada do futuro professor, tendo em vista:

a) a simetria invertida, onde o preparo do professor, por ocorrer em lugar similar àquele em que vai atuar, demanda consistência entre o que faz na formação e o que dele se espera;

b) a aprendizagem como processo de construção de conhecimentos, habilidades e valores em interação com a realidade e com os demais indivíduos, no qual são colocadas em uso capacidades pessoais;

Ainda em 2002, houve o reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais – Libras - como meio legal de comunicação e expressão, determinando que sejam garantidas formas institucionalizadas de apoiar seu uso e difusão, bem como a inclusão da disciplina de Libras como parte integrante do currículo nos cursos de formação de professores e de fonoaudiologia, por meio da Lei nº 10.436/02:

Art. 1º É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - Libras e outros recursos de expressão a ela associados.

Art. 2º Deve ser garantido, por parte do poder público em geral e empresas concessionárias de serviços públicos, formas institucionalizadas de apoiar o uso e difusão da Língua Brasileira de Sinais - Libras como meio de comunicação objetiva e de utilização corrente das comunidades surdas do Brasil.

Ainda de acordo com esta Lei, a União, os Estados, Distrito Federal e os municípios devem garantir a inclusão nos cursos de formação de Educação Especial, de Magistério e Fonoaudiologia, tanto nos níveis meio e superior o ensino da Língua Brasileira de Sinais - Libras, como parte integrante dos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs, conforme legislação vigente. Destacando em seu parágrafo único que uma não anule a outra, e para que isto ocorra eficazmente, deve haver a formação do professor que saiba interagir com as duas línguas<sup>9</sup>.

<sup>9</sup> Para o ingresso dos alunos surdos nas escolas comuns, a educação bilíngue – Língua Portuguesa/Libras desenvolve o ensino escolar na Língua Portuguesa e na língua de sinais, o ensino da Língua Portuguesa como segunda língua na modalidade escrita para alunos

A Portaria nº 2.678/02 aprova “diretriz e normas para o uso, o ensino, a produção e a difusão do Sistema Braille em todas as modalidades de ensino, compreendendo o projeto da Grafia Braille para a Língua Portuguesa e a recomendação para o seu uso em todo o território nacional” (BRASIL, 2010, p. 15).

Em 2002, também foi instituída a duração e a carga horária de cursos, pela Resolução CNE/CP nº 2/02, destaca no seu texto:

Art. 1º A carga horária dos cursos de Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, será efetivada mediante a integralização de, no mínimo, 2800 (duas mil e oitocentas) horas, nas quais a articulação teoria-prática garantida, nos termos dos seus projetos pedagógicos, as seguintes dimensões dos componentes comuns:

I - 400 (quatrocentas) horas de prática como componente curricular, vivenciadas ao longo do curso;

II - 400 (quatrocentas) horas de estágio curricular supervisionado a partir do início da segunda metade do curso;

III - 1800 (mil e oitocentas) horas de aulas para os conteúdos curriculares de natureza científico cultural;

IV - 200 (duzentas) horas para outras formas de atividades acadêmico-científico-culturais. Parágrafo único. Os alunos que exerçam atividade docente regular na educação básica poderão ter redução da carga horária do estágio curricular supervisionado até o máximo de 200 (duzentas) horas.

No ano de 2003, foi implementado pelo MEC, o Programa Educação Inclusiva, com o intuito de apoiar as transformações dos sistemas educacionais de inclusão e promover um amplo processo de formação tanto dos gestores como educadores de todos os municípios brasileiros, a fim de garantir o direito de acesso de todos à escolarização e a oferta de atendimento educacional especializado.

O ministério Público Federal divulgou em 2004 a Cartilha intitulada *O acesso de Alunos com Deficiências às Escolas e Classes Comuns da Rede*

---

surdos, os serviços de tradutor/intérprete de Libras e Língua Portuguesa e o ensino da Libras para os demais alunos da escola. O atendimento educacional especializado para esses alunos é ofertado tanto na modalidade oral e escrita quanto na língua de sinais. Devido à diferença lingüística, orientasse que o aluno surdo esteja com outros surdos em turmas comuns na escola regular (BRASIL, 2010, p. 24)

*Regular*, tendo por finalidade disseminar os conceitos e diretrizes mundiais para a inclusão. A cartilha reafirma o direito e também os benefícios da escolarização do alunado com e sem deficiências nas turmas do ensino regular comuns.

Em 2005, o Decreto nº 5.626/05 regulamenta a Lei nº 10.436/02, visando à inclusão dos alunos surdos, dispõe sobre a inclusão da Libras como disciplina curricular, a formação e a certificação de professor, instrutor e tradutor/intérprete de Libras, o ensino da Língua Portuguesa como segunda língua para alunos surdos e a organização da educação bilíngue no ensino regular.

Ainda em 2005, foi criado o *Programa de Acessibilidade no Ensino Superior* que propõe ações que garantem o acesso pleno de pessoas com deficiência para frequentarem em instituições federais de ensino superior. Segundo consta no portal do MEC, o programa tem como principal objetivo fomentar a criação e a consolidação de núcleos de acessibilidade nessas unidades, os quais respondem pela organização de ações institucionais que garantam a integração de pessoas com deficiência à vida acadêmica, eliminando barreiras comportamentais, pedagógicas, arquitetônicas e de comunicação.

No ano de 2005 entra em vigor o Decreto nº 5.296/05 que regulamenta as leis nº 10.048/00 e nº 10.098/00, estabelecendo normas e critérios para a promoção da acessibilidade às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida (implementação do *Programa Brasil Acessível*).

Com a implantação em todos os estados e no Distrito Federal dos *Núcleos de Atividades de Altas Habilidades/Superdotação – NAAH/S*, foram organizados centros de referência na área das altas habilidades/superdotação para o atendimento educacional especializado, orientando as famílias e a formação continuada dos professores.

Em 2006, foi aprovada pela ONU a *Convenção sobre os direitos das Pessoas com Deficiência*, na qual estabelece que “os Estados-parte deva assegurar um sistema de educação inclusiva em todos os níveis de ensino, em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social compatível com a meta da plena participação e inclusão”, adotando medidas para garantir que:



- a) As pessoas com deficiência não sejam excluídas do sistema educacional geral sob alegação de deficiência e que as crianças com deficiência não sejam excluídas do ensino fundamental gratuito e compulsório, sob alegação de deficiência;
- b) As pessoas com deficiência possam ter acesso ao ensino fundamental inclusivo, de qualidade e gratuito, em igualdade de condições com as demais pessoas na comunidade em que vivem (Art.24).

Nesse mesmo ano (2006), foi criado pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos, pelo Ministério da Justiça e pela UNESCO, o *Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos* que visa, dentre as suas ações, fomentar, no currículo da educação básica, as temáticas relativas às pessoas com deficiência e desenvolver ações afirmativas que possibilitem inclusão, acesso e permanência na educação superior.

O Brasil ratificou a *Convenção sobre os direitos das Pessoas com Deficiência* no ano de 2006, quando obteve uma ampliação dos investimentos públicos com a finalidade de criar condições de igualdade de oportunidade entre as pessoas.

Com relação à acessibilidade arquitetônica dos prédios escolares, a implantação de salas de recursos multifuncionais e a formação docente para o atendimento educacional especializado, foi construído, em 2007, o *Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE*.

O *Plano de Desenvolvimento da Educação* reafirma a agenda social, e destaca que o Estado tem o dever de garantir um sistema educacional inclusivo em todos os níveis de ensino e com igualdade de oportunidades para os alunos deficientes, além de ser dever ofertar o apoio necessário, no âmbito do sistema educacional geral, com o foco de facilitar a sua efetiva educação. Estas e outras diretrizes estão embasadas pelo Decreto nº 7.611. Quando se lê o *Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programa*, percebe-se que é reafirmada a interpretação que visa superar a oposição de educação regular e especial.

Em detrimento disso, o Decreto nº 6.094/2007 foi lançado para implementar o PDE, que estabelece o compromisso de que todos devem trabalhar juntos pela educação, para que seja garantido o acesso e permanência no ensino regular, dando atendimento especializado para as

necessidades educacionais dos alunos, a fim de, fortalecer seu ingresso nos espaços públicos de educação.

O Decreto nº 6.215/07 instituiu o *Comitê Gestor de Políticas de Inclusão das Pessoas com Deficiência* – CGPD, que diz:

2º O Governo Federal, atuando diretamente ou em regime de cooperação com os demais entes federados e entidades que se vincularem ao Compromisso, observará, na formulação e implementação das ações para inclusão das pessoas com deficiência, as seguintes diretrizes:

I - ampliar a participação das pessoas com deficiência no mercado de trabalho, mediante sua qualificação profissional;

II - ampliar o acesso das pessoas com deficiência à política de concessão de órteses e próteses;

III - garantir o acesso das pessoas com deficiência à habitação acessível;

IV - tornar as escolas e seu entorno acessíveis, de maneira a possibilitar a plena participação das pessoas com deficiências;

Além disso, destaca que as escolas tenham salas de recursos multifuncionais, de forma que possibilite o acesso de alunos com deficiências dentro de infraestrutura acessível às pessoas com deficiência.

Mais uma vez, citamos o Plano Nacional de Educação (PNE) foi implementado pelo Decreto nº 6.094/2007, documento emblemático e que estabelece dentre as suas diretrizes do movimento *Todos pela Educação*, a garantia do acesso e permanência no ensino regular e o atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos, fortalecendo a inclusão educacional nas escolas públicas.

Aqui citemos a Meta 4, que pretende “Universalizar, para a população de 4 a 17 anos, o atendimento escolar aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na rede regular de ensino”.

Dentre as estratégias, está garantir repasses duplos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) a estudantes incluídos; implantar mais salas de recursos multifuncionais; fomentar a formação de professores de AEE;

ampliar a oferta do AEE; manter e aprofundar o programa nacional de acessibilidade nas escolas públicas; promover a articulação entre o ensino regular e o AEE; acompanhar e monitorar o acesso à escola de quem recebe o benefício de prestação continuada.

A garantia de um sistema educacional inclusivo é uma das diretrizes encontradas no Art. 3º do *Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência*, que se baseia na *Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência*, e recomenda a equiparação de oportunidades. O plano tem quatro eixos: educação, inclusão social, acessibilidade e atenção à saúde.

Em 2008, foi lançada a *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva* (PNEEPEI), e traz neste documento as diretrizes que fundamentam uma política pública voltada à inclusão escolar, consolidando o movimento histórico brasileiro. O Decreto nº 6.571 dá diretrizes para o estabelecimento do atendimento educacional especializado no sistema regular de ensino (escolas públicas ou privadas).

Determina que as pessoas com deficiência não sejam excluídas do sistema educacional geral e que as crianças com deficiência não sejam excluídas do ensino fundamental gratuito e compulsório; e que elas tenham acesso ao ensino fundamental inclusivo, de qualidade e gratuito, em igualdade de condições com as demais pessoas na comunidade em que vivem (Art.24).

A *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva* corrobora “que o acesso à educação especial perpassa desde a Educação Infantil até a Educação Superior e tem interface com outras modalidades de ensino como a Educação de Jovens e Adultos e a Educação Profissional, por possibilitarem a ampliação das oportunidades de escolarização e acesso ao mundo do trabalho” (BRASIL, 2008).

Um dos pontos singulares deste documento é o que tange a formação dos professores, ressaltando “para atuar na educação especial, o professor deve ter como base da sua formação, inicial e continuada, conhecimentos gerais para o exercício da docência e conhecimentos específicos da área” (BRASIL, 2008).

Este Documento apresenta também uma perspectiva na qual o alunado com necessidades especiais devam obter acesso no sistema regular de ensino,

porém, sendo atendidos de forma específica as necessidades dos educandos. Com isso, garantirá tanto a participação como a aprendizagem destes alunos.

De acordo com o Decreto nº 6.571, de 17 de Setembro de 2008, uma das vias governamentais que amparam a Educação Especial, no que tange a eficácia das políticas públicas é a Secretaria de Educação Especial (Seesp), esta desenvolve programas, projetos e ações que possam implantar a Política Nacional de Educação Especial. Uma das principais ações desenvolvidas pela Seesp é o apoio financeiro e técnico aos sistemas públicos de ensino a fim de garantirem o atendimento educacional especializado, complementando a escolarização.

As principais formas de apoiar os sistemas educacionais desenvolvidas pela Seesp são pelo Programa de Formação Continuada de Professores na Educação Especial - presencialmente e a distância -, Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais, Programa Escola Acessível (adequação de prédios escolares para a acessibilidade), Programa BPC na Escola e Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade, que forma gestores e educadores para o desenvolvimento de sistemas educacionais inclusivos.

Com a Resolução nº CNE/CEB nº 4, foram instituídas as diretrizes operacionais para o atendimento educacional especializado na Educação Básica, que deve ser oferecido no turno inverso da escolarização, prioritariamente nas salas de recursos multifuncionais da própria escola ou em outra escola de ensino regular. O AEE pode ser realizado também em centros de atendimento educacional especializado públicos e em instituições de caráter comunitário, confessional ou filantrópico sem fins lucrativos conveniados com a Secretaria de Educação (art.5º).

O eixo educacional prevê, “a Implantação de salas de recursos multifuncionais, nos espaços onde é realizado o AEE”. Além disso, prevê a inserção do *Programa Caminho da Escola*, que oferta o transporte escolar acessível ao alunado especial. Outro Programa importante previsto nesta legislação é o *Programa de acessibilidade no ensino superior* e o *Programa Nacional de acesso ao ensino técnico e emprego* (Pronatec), cuja tem como foco expandir e democratizar a educação profissional e tecnológica no país.

Contempla-se também a Educação bilíngue com relação à formação de professores e tradutores-intérpretes em Língua Brasileira de Sinais (Libras) e o Benefício da Prestação Continuada – BPC - na escola, que tem por objetivo realizar o acompanhamento e monitoramento do acesso e da permanência na escola das pessoas com deficiência. A intenção neste aspecto é criar condições para o desenvolvimento da autonomia, participação social e emancipação da pessoa com deficiência.

O BPC atua na escola realizando levantamento de dados anualmente e os compara com informações do Censo Escolar Inep/MEC, a fim de identificar os índices de exclusão e inclusão escolas dos alunos. Outra ferramenta do BPC é a formação de grupos gestores estaduais para que sejam multiplicadores e estejam aptos a formar outros gestores nos municípios que aderiram ao programa.

A modalidade de Atendimento Educacional, segundo a *Política Nacional de Educação Especial*, caracteriza-se por procedimentos didáticos específicos e adequados, às necessidades educativas do alunado da educação especial e que implicam espaços físicos, recursos humanos e materiais diferenciados.

Das principais metas estabelecidas no PNE destacam-se:

- do desenvolvimento de programas educacionais em todos os municípios, e em parceria com as áreas de saúde e assistência social, visando à ampliação da oferta de atendimento da educação infantil;
- dos padrões mínimos de infraestrutura das escolas para atendimento de alunos com necessidades educacionais especiais;
- da formação inicial e continuada dos professores para atendimento às necessidades dos alunos;
- da disponibilização de recursos didáticos especializados de apoio à aprendizagem nas áreas visual e auditiva;
- da articulação das ações de educação especial com a política de educação para o trabalho;
- do incentivo à realização de estudos e pesquisas nas diversas áreas relacionadas com as necessidades educacionais dos alunos;

Observamos então que as diretrizes do PNE deixam claro sobre as estruturas da escola física, a importância da formação continuada dos docentes, ferramentas pedagógicas que venham assessorar o ensino deste alunado, como o atendimento de cada necessidade de forma singular. De acordo com o PNE, as modalidades de Educação Especial no Brasil são:

*Atendimento domiciliar* que é quando o profissional da educação vai da aula na casa do aluno com necessidades especiais, pelo fato do aluno não está frequentemente à escola. A *Classe Comum* que é a sala de ensino regular, onde o aluno com necessidades especiais são incluído, com direito de estar na escola juntos dos demais alunos “normais”. Sendo que a escola deve obter condições adequadas para atender a todos.

*Classe Especial* que é uma sala de aula nas escolas de ensino regular, sala esta adequada de forma que facilite o ensino aprendizagem do aluno especial. E que os professores capacitados disponibilizem de várias metodologias e de equipamentos específicos, contribuindo assim para o desenvolvimento de cada aluno.

*Classe Hospitalar* que é o atendimento nos hospitais, caso o aluno, esteja fazendo um tratamento hospitalar. *Centro integrado de Educação Especial* que é uma organização com serviços de avaliação diagnóstica de estimulação essencial de escolarização propriamente dita, e de preparação para o trabalho contando como apoio de equipes interdisciplinar que utiliza equipamentos específicos para atender cada caso de necessidade.

*Ensino com professor itinerante* é um trabalho educativo executado em diversas escolas por professores especializados, que trabalha por um período com alunos especiais e os professores de classe comum, orientando-os e ensinando formas adequadas sobre Educação Especial. Escola Especial, ou seja, uma instituição especializada para prestar atendimento psicopedagógico para portadores de deficiências e de condutas típicas, onde são desenvolvidos e utilizados, por profissionais qualificados, currículos adaptados, programas e procedimentos metodológicos diferenciados, apoiados em equipamentos e materiais didáticos específicos.

*Oficina Pedagógica* ambiente para o desenvolvimento das aptidões e habilidades de alunos com necessidades especiais, através de atividades de atividades laborativas orientados por professores formados em educação especial. Os mesmo dispõem de vários tipos de equipamentos e materiais para o ensino aprendizagem nas diversas áreas do desempenho profissional. *Sala de Estimulação essencial* o ambiente que atende portadores de deficiência de 0 a 3 anos de idade, crianças consideradas de alto-risco, onde são desenvolvidas atividades terapêuticas e educacionais voltada ao desenvolvimento global. A participação da família é de extrema importância nos programas de estimulação.

Com relação aos métodos de avaliação para os estudantes com deficiência, têm-se a Nota Técnica MEC/SEESP/GAB nº 6, estabelecendo que cabe ao professor do atendimento educacional especializado, a identificação das especificidades educacionais de cada estudante de forma articulada com a sala de aula comum. Por meio de avaliação pedagógica processual, esse profissional deverá definir, avaliar e organizar as estratégias pedagógicas que contribuam com o desenvolvimento educacional do estudante, que se dará junto com os demais na sala de aula. É, portanto, um documento que amplia a interlocução entre os professores do AEE e da sala de aula regular.

Em 2014, o *Plano Nacional de Educação* (PNE) definiu as bases da política educacional brasileira para os próximos 10 anos. A meta 4, sobre educação especial, causou polêmica: a redação final aprovada estabelece que a educação para os alunos com deficiência deve ser oferecida “preferencialmente” no sistema público de ensino. Isso contraria a Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência, a Constituição federal e o texto votado nas preparatórias, que estabelecem a universalização da educação básica para todas as pessoas entre 4 e 17 anos em escolas comuns – sem a atenuante do termo “preferencialmente”.

Sobre o direito à educação inclusiva, a Lei nº 13.146 – *Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência* (LBI, 2015), destaca-se o capítulo IV no qual aborda sobre o direito à educação, com base na Convenção dos direitos das pessoas com deficiência, que deve ser inclusiva e de qualidade em todos os níveis de ensino: garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras. O AEE também está contemplado, entre outras medidas.

Outra Lei de amparo à pessoa deficiente com relação ao ensino básico e superior, a Lei nº 13.409, dispõe sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnicos de nível médio e superior das instituições federais de ensino. As pessoas com deficiência serão incluídas no programa de cotas de instituições federais de educação superior, que já contempla estudantes vindos de escolas públicas, de baixa renda, negros, pardos e

indígenas. O cálculo da cota será baseado na proporcionalidade em relação à população, segundo o censo 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Embora, atualmente exista um discurso inclusivo mais fervoroso no conjunto das legislações e políticas públicas apresentadas, aparentemente ganhando mais espaços, ainda assim, a educação especial apresenta eixos frágeis:

A despeito das evoluções no discurso, na atualidade constata-se que, para uma estimativa de cerca de seis milhões de crianças e jovens com necessidades educacionais especiais, cerca de 800 mil matrículas, considerando o conjunto de todos os tipos de recursos disponíveis, ou seja, desde os matriculados em escolas especiais até os que estão nas escolas comuns. A grande maioria dos alunos com necessidades educacionais especiais está fora de qualquer tipo de escola (MENDES, 2010, p. 106).

Isto mostra que embora tenha tido avanços nas políticas de inclusão, ações e planejamentos nos últimos tempos, ainda existem muitos desafios a serem vencidos nesta modalidade de ensino. Um dos primeiros passos é uma ação governamental que amplie ações de investimentos públicos nesta área, que aumente o acesso deste alunado, que amplie e invista mais na formação dos professores, que intensifique as vistorias nas escolas e que promova os recursos que são necessários para um ensino eficaz.

Pois, não basta que os estudantes especiais tenham acesso à escola, é necessário que haja permanência, e isto é possível quando a escola pode ser capaz de incluir os alunos, dando-lhe um bom aprendizado, assim garante sua permanência, isto é possível quando se inova na organização das escolas. Por isso, é necessário à implementação de políticas públicas a nível nacional.



#### 4 O DEBATE SOBRE A FORMAÇÃO DOS PROFESSORES NAS LEGISLAÇÕES E POLÍTICAS PÚBLICAS BRASILEIRAS

A formação do professor, agente fundamental no processo de ensino-aprendizagem, na Educação Especial, é um dos pontos mais emblemáticos nos documentos oficiais, para que haja uma inclusão do alunado, levando em consideração sua heterogeneidade.

Para tanto, o objetivo desta seção do trabalho, é analisar como é colocada o debate sobre a formação de professores de Educação Especial nos documentos e políticas oficiais brasileiros. Seleccionamos os seguintes documentos para análise: Parecer nº 295/1969 (1969), Declaração de Salamanca (1994), Portaria nº 1.793 (1994), Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996), PNE de 2014, Resolução CEB 02/2001 (2001), A lei 10.436/2002 (2002), Resolução CNE/CP 01/2002 (2002), Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade (2003), A Resolução nº 1/2006 (2006), Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (2007).

Antes do Parecer nº 295/1969 – que propôs a designação de uma Comissão Especial para fixar os mínimos a serem exigidos na formação de professores especialistas destinados à Educação Especial – os professores que atendiam o alunado especial recebiam apenas a formação primária. A partir do Parecer nº 295/1969, a formação foi elevada ao nível superior. Isto corresponde ao final dos anos 60 e início de 70, quando a educação especial começou a ser inserida nos cursos de Pedagogia. Porém, com a LDB de 1996, fomentou-se a possibilidade que os professores da educação especial fossem formados também em cursos de magistério de nível médio.

Por isso, em 1994, com a *Declaração de Salamanca*, foram traçadas metas e diretrizes para a inclusão de alunos com “necessidades educacionais especiais” nos sistemas de ensino. Tal documento apregoava a mobilização de apoio de organização dos profissionais de ensino em questões relativas ao aprimoramento de docentes no que se refere às necessidades especiais.

Neste mesmo ano, com a Portaria nº 1.793, destacou a necessidade de complementar os currículos de formação de docentes e outros profissionais que interagem com alunos com deficiência. No Art. 3º é recomendado a

manutenção e expansão de estudos adicionais, cursos de graduação e de especialização já organizados para as diversas áreas da Educação Especial.

Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, no art. 59, dedica atenção à formação do profissional da educação especial, assegurando que os sistemas de ensino deverão atender aos educandos com necessidades educacionais especiais, garantindo:

I – Currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;

II – Terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para superdotados;

III – professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns; (BRASIL, 2010, p. 44).

No que tange a constituição e implementação de uma escola inclusiva, mediante a formação de professores, o PNE defende que:

Na formação inicial é preciso superar a histórica dicotomia entre teoria e prática e o divórcio entre a formação pedagógica e a formação no campo dos conhecimentos específicos que serão trabalhados na sala de aula. A formação continuada assume particular importância, em decorrência do avanço científico e tecnológico e de exigência de um nível de conhecimentos sempre mais amplos e profundos na sociedade moderna. Este Plano, portanto, deverá dar especial atenção à formação permanente (em serviço) dos profissionais da educação (BRASIL, 2000, p. 98, grifos do original).

Percebemos que existe em todos os documentos analisados neste trabalho, uma preocupação com relação ao atendimento dos “educandos especiais” no ensino regular. Assim como há também uma preocupação especial quando ao preparo profissionalizante e capacitante do professor, destacando a importância dessa formação principalmente nos últimos tempos. Como já destacado, uma das prioridades da educação, segundo este documento é com relação à formação dos professores:

[...] Particular atenção deverá ser dada à formação inicial e continuada, em especial dos professores. Faz parte dessa valorização a garantia das condições adequadas de trabalho, entre elas o tempo para estudo e preparação das aulas, salário digno, com piso salarial e carreira de magistério (idem, p. 35).

O professor atuante na educação especial tende a receber uma capacitação explícita para com a demanda que irá atender, e participar constante de formações, cursos de aprimoramento. Sobre a formação de professores para a educação inclusiva o § 1º Art. 18 da Resolução CEB 02/2001 (2001) afirma que:

São considerados professores capacitados para atuar em classes comuns com alunos que apresentam necessidades educacionais especiais, aqueles que comprovem que, em sua formação, de nível médio ou superior, foram incluídos conteúdos sobre educação especial adequados ao desenvolvimento de competências e valores para”:

I. Perceber as necessidades educacionais especiais dos alunos e valorizar a educação inclusiva;

II. Flexibilizar a ação pedagógica nas diferentes áreas de conhecimento de modo adequado às necessidades especiais de aprendizagem;

III. Avaliar continuamente a eficácia do processo educativo para o atendimento de necessidades educacionais especiais;

IV. Atuar em equipe, inclusive com professores especializados em educação especial.

Já conforme descrito no § 3º da Resolução CEB 02/2001 (2001), os professores especializados em educação especial deverão comprovar:

I - Formação em cursos de licenciatura em educação especial ou em uma de suas áreas, preferencialmente de modo concomitante e associado à licenciatura para educação infantil ou para os anos iniciais do ensino fundamental;

II - Complementação de estudos ou pós-graduação em áreas específicas de educação especial, posterior à licenciatura nas diferentes áreas de conhecimento, para atuação nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio.

A formação dos professores deve estar baseada na criatividade e reflexão, ou seja, os professores que atuarão na educação especial necessitam estarem munidos de competências e habilidades para selecionar conteúdos, poder organizar estratégias metodológicas, de forma a atender de maneira mais efetiva possível a todos os alunos. É o professor que convive com os alunos, que conhece suas habilidades, competências e sabe identificar a

especificidade de cada um para aprender, a partir disso, adotar métodos de ensino que atendam os diferentes estilos de aprendizagem. Com essas informações e durante todo o percurso pedagógico vai adequando as estratégias, métodos e exercícios de acordo com a necessidade.

A lei 10.436/2002 estabelece o reconhecimento da Libras (língua brasileira de sinais), como língua oficial no País junto com o Português. Assim, os professores em sua formação devem obter o conhecimento básico destas duas línguas a fim de melhor se adaptar com o novo cenário de inclusão que permeia nossa sociedade.

Por isso, temos a Resolução CNE/CP 01/2002, que estabelece as *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica*, definindo que as instituições de ensino superior devem prever, em sua organização curricular, a formação docente voltada para a atenção à diversidade e contemple conhecimentos sobre as especificidades dos alunos com necessidade educacionais especiais:

Apoiar a transformação dos sistemas de ensino em sistemas educacionais inclusivos, promovendo um amplo processo de formação de gestores e educadores nos municípios brasileiros para a garantia do direito de acesso de todos à escolarização, à oferta do atendimento educacional especializado e à garantia da acessibilidade (BRASIL. MEC. SEESP. 2008, p. 4)

Isso porque a Educação Especial tradicionalmente organizou-se para o atendimento educacional especializado complementando e/ou substituindo o ensino comum, já que os alunos atendidos por ela geralmente, precisam de novas modalidades de ensino.

A partir da instituição do *Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade* em 2003, a formação continuada ganhou força e respaldo. O cerne deste programa é disseminar a política de educação inclusiva em todos os municípios brasileiros, apoiando a formação dos gestores e dos professores a fim de, dar início à reestruturação dos sistemas educacionais do país em sistemas inclusivos.

A Resolução nº 1/2006 deliberou pela extinção das habilitações nesses cursos, ao instituir as diretrizes para os cursos de pedagogia (Brasil, 2006). Em 2007 surgiu o Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão

das Universidades Federais (REUNI) que deu oportunidade para a criação de licenciatura em educação especial em muitas universidades federais, recolocando a formação dos professores na modalidade de graduação.

Existem *Programas de Formação Continuada de Professores em Educação Especial* que é um projeto padrão Pronatec, com o objetivo de apoiar a formação continuada de professores para atuar nas salas de recursos multifuncionais e em classes comuns do ensino regular, em parceria com Instituições Públicas de Educação Superior – IPES.

É certo que se precisa de vários fatores para uma escola de ensino regular conseguir proporcionar um atendimento de qualidade aos alunos especiais. Mas, a maior carência é a de professores preparados, ou seja, professores formados nessa área como destaca o autor Alcântara (2013, p, 15):

Dentre os vários elementos necessários para uma educação de qualidade, a formação de professores é vista como um dos principais. Ao agregar a perspectiva da educação inclusiva e observando-se os estudos e pesquisas apresentados em eventos científicos da área, a formação docente parece ser considerada o mais importante.

Neste sentido, a representatividade que o professor tem é fundamental já que prover exerce o papel de mediador no espaço escolar, assim como constrói as bases viáveis de aprendizagem, a partir da elaboração e execução de atividades que irão propiciar comportamentos de valor aos educandos, ainda que não seja com necessidades especiais. Outro elemento importante para exercer essa educação é o desenvolvimento de novas tecnologias, que tem facilitado o processo educacional, trazendo cada vez mais novidade promovendo a inclusão escolar.

Neste sentido, foi criado ao longo do tempo diversas políticas públicas a fim de garantirem direito às pessoas portadoras de necessidades especiais. Todas as leis, Decretos, convenções destacam a igualdade de acesso a todas as pessoas e cobram posturas governamentais para efetivação e valorização da igualdade para as pessoas deficientes.

Para atuar na educação especial, o professor deve ter como base da sua formação, inicial e continuada, conhecimentos gerais para o exercício da docência e conhecimentos específicos da área. Essa formação possibilita a sua

atuação no atendimento educacional especializado, aprofunda o caráter interativo e interdisciplinar da atuação nas salas comuns do ensino regular, nas salas de recursos, nos centros de atendimento educacional especializado, nos núcleos de acessibilidade das instituições de educação superior, nas classes hospitalares e nos ambientes domiciliares, para a oferta dos serviços e recursos de educação especial (BRASIL, 2010, p. 25).

## **5 A FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA EDUCAÇÃO ESPECIAL EM SÃO BERNARDO-MA**

Aqui faremos uma breve análise sobre a formação dos professores da rede pública de São Bernardo, a partir do olhar das professoras que trabalham com alunos deficientes. Apresentaremos a pesquisa que fizemos na Escola Municipal Coriolano Coelho de Almeida.

### **5.1 A Escola Coriolano Coelho de Almeida: Caracterização do Espaço Escolar**

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE (IBGE, 2016), São Bernardo é um município brasileiro do interior do estado do Maranhão, Região Nordeste do país. Localiza-se a uma latitude 03°2`41 sul e a uma longitude 42°25`04 oeste, estando a uma altitude de 43 metros. Segundo o IBGE, no último censo em 2010, havia 26. 476 pessoas.

Segundo consta em documentos oficiais que recontam a história do surgimento deste município, São Bernardo foi fundado em 1700 e sua emancipação veio apenas em 1938. O nome da cidade é dedicado ao padroeiro da cidade que se estabeleceu com a ocupação jesuítica. Com relação à educação do município, no último censo em 2015, os alunos dos anos iniciais da rede pública do município de São Bernardo tiveram nota média de 4.8 no IDEB.

Para os alunos dos anos finais, essa nota foi de 3.7. A taxa de escolarização (para pessoas de 6 a 14 anos) foi de 94.9 em 2010. Isso colocou o município na posição 180 de 217 dentre as cidades do estado e na posição 5043 de 5570 dentre as cidades do Brasil. (IBGE, 2016). São Bernardo conta com 16 escolas municipais, 2 escolas particulares e 2 escolas estaduais.

A escola selecionada para a pesquisa foi Coriolano Coelho de Almeida, localizada no centro de São Bernardo-MA. Esta escola foi fundada em 1975,

recebeu este nome em homenagem a um morador e chefe político da cidade por muitos anos, o senhor ex-prefeito Coriolano Coelho de Almeida.

A Escola oferece somente o Ensino Fundamental I. A partir das visitas a campo, constatamos que na escola funcionam os horários matutino e vespertino, composto por turmas de fundamental. A escola atende 296 alunos, e destes 5 são portadores de deficiência, são eles: **Maria** (anoxia cerebral, aluna do 4º ano A, turno vespertino). **João** (síndrome de Down, estuda no 1º ano B, turno matutino) **Guilherme** (é autista, estuda no 1º ano A, no turno matutino), **Pedro** (visão espelhada estuda no 2º ano A, no turno matutino). e **Arthur** (autista, estuda no 2º ano B).

As dependências da escola contam com uma área de lazer aos fundos, é composta de 6 salas, 1 biblioteca, 2 banheiros, 1 pátio, 1 cantina, 1 corredor, 1 geladeira, 5 ventiladores, 2 ar condicionado, 1 computador, 1 impressora, 1 fogão, 6 quadros de acrílico. A escola possui 1 secretária, 1 coordenadora pedagógica, 3 merendeiras, auxiliares de serviços gerais, 4 vigias, 21 professores, sendo que, 5 destes professores atendem o alunado portador de deficiência.

Quanto à infraestrutura da escola, esta apresenta condições consideradas razoáveis. As salas são iluminadas, mas necessitam de ampliações na estrutura da escola, como a criação de uma sala de informática e ampliação dos banheiros. A organização das carteiras é em forma de fileiras. As turmas variam entre 20 e 25 alunos.

Veremos a seguir fotografias da estrutura da escola tiradas em 21 de junho de 2018:

Foto 1- Frente da escola Coriolano Coelho de Almeida





**Fonte:** M<sup>a</sup> Aparecida dos Santos, 2018.

Na foto acima, temos a fachada de acesso à escola. Tem uma rampa que permite a locomoção de pessoas cadeirantes, caso necessite.

**Foto 2: Pátio da escola Coriolano Coelho de Almeida**



**Fonte:** M<sup>a</sup> Aparecida dos Santos, 2018.

O pátio da escola, como podemos observar na foto acima, não contempla brinquedos ou demais objetos que poderiam auxiliar as crianças em momentos de brincadeiras.

Foto 3: Corredor da escola



**Fonte:** M<sup>a</sup> Aparecida dos Santos, 2018.

O corredor da escola é um corredor pequeno que é ocupado durante o intervalo pela maioria das crianças. É aqui que acontecem muitas brincadeiras e conversas entre os funcionários.

Foto 4 - Entrada do banheiro masculino



**Fonte:** M<sup>a</sup> Aparecida dos Santos, 2018.

Foto 5 – entrada do banheiro feminino



Fonte: M<sup>a</sup> Aparecida dos Santos, 2018.

Estes são os banheiros da escola, um feminino e um masculino, não tem adaptação para quem é portador de deficiência.

Foto 6: Salas da escola



Fonte: M<sup>a</sup> Aparecida dos Santos, 2018.

As salas da escola são equipadas com quadro de acrílico, ventiladores e as cadeiras.

Foto 7: Secretaria e Cantina



Fonte: M<sup>a</sup> Aparecida dos Santos, 2018.

A foto acima mostra a sala do diretor e do lado a cantina local de preparação da merenda para as crianças. No horário do lanche, as crianças comem na sala ou no corredor.

Foto 8: bebedouro



Fonte: M<sup>a</sup> Aparecida dos Santos, 2018.

Este é o único bebedouro da escola que as crianças utilizam. Não é um bebedouro apropriado para crianças especiais que tem problemas de locomoção.

## **5.2 Perspectiva da Educação Especial e Inclusão: A experiência das professoras da escola Coriolano Coelho de Almeida**

A Educação Especial, de forma geral no município de São Bernardo, não oferece preparação ou curso de capacitação para professores que atuam com o alunado especial. A escola regular pública tem sido, recentemente procurada pelos responsáveis das crianças, que recorriam à APAE do município.

Com a nova gestão municipal da cidade com início (acento?) em 2017, a Secretaria de Educação passou a disponibilizar mensalmente o curso de capacitação a todos os professores de diversas áreas, incluindo a capacitação para professores que recebem crianças com necessidades especiais. A capacitação iniciou no mês de Abril do ano de 2017.

As turmas observadas foram no turno matutino foram: 1º ano A, 1º ano B, 2º ano A e no turno vespertino o 4º ano A. A escola atende 164 alunos no turno matutino e 119 no turno vespertino. Há cerca de 20 alunos que vão à aula todos os dias. Nem todos os alunos utilizam uniforme escolar, apenas alguns que receberam para se apresentarem desfile do dia da Independência.

Alguns não possuem todo o material necessário para as aulas e utilizam apenas o livro didático. As professoras que atuam com as crianças não deficientes utilizam o livro ofertado pela secretaria municipal, além disso, materiais de apoio, como TNT com cores diferentes nas atividades de matemática.

Todas as 5 professoras da escola que pesquisei, participam regularmente dos encontros mensais de capacitação oferecidos pela prefeitura. Ainda assim, fica evidente em todos os momentos que presenciei as aulas na escola, que a falta de materiais de apoio que auxiliem as diversas deficiências dos alunos, como objetos sonoros, livros com marcadores (clipes ou velcro), alfabeto ampliado, jogos como o dominó, livros com historinhas na língua de sinais, computadores especiais é um grande problema para o ensino aprendizagem.

As visitas na escola ocorreram nos dias 05/03/2018, 06/03/2018, 07/03/2018 e 08/03/2018 de Março; 11/04/2018, 12/04/2018 e 13/04/2018;

15/05/2018, 16/05/2018 e 17/05/2018. Acompanhei de perto o dia a dia das professoras responsáveis pela área da Educação Especial, e também o dia a dia das crianças com deficiência. Nestes dias fui de manhã e a tarde, e logo no dia 05/03/2018 fui falar com o diretor da escola umas 08h30 da manhã, explicando meu motivo de estar ali. Ele me apresentou as professoras individualmente na hora do intervalo para não atrapalhar a aula.

Ao adentrar nas salas, fui apresentada para a turma e em seguida as professoras me mostraram seus alunos com deficiência. Neste mesmo dia, fui ao turno da tarde e conheci a professora Denize que é a professora que cuida da aluna da tarde cuja deficiência é anoxia cerebral (falta de oxigênio no cérebro). No terceiro dia, apliquei o questionário com todas as professoras e observei o cotidiano delas.

Todo o dia chegava à escola, me sentava no fundo da sala e observava cada sala por vez, em torno de 1 hora em cada turma. No intervalo, conversava com as professoras, observava os alunos. Após o intervalo fui até a direção da escola pedi ao diretor o nome e o endereço das mães dos alunos com deficiência. No dia seguinte fui até a casa destas mães, algumas eu não encontrei em casa fui ao local de trabalho delas.

Foi entrevistadas as 5 mães dos 5 alunos com deficiência que estudam na escola analisada, a entrevista foi realizada através de um questionário, assim como as professoras de seus filhos. Todas responderam o questionário, algumas responderam as resposta com mais precisão, outra se limitaram a responder, diziam apenas “sim, e não”, como podemos comprovar nos apêndices ao final do trabalho.

Ao encontrar com as mães expliquei a elas sobre a pesquisa, alguns se prontificaram de imediato para responder, outras disseram que não tinham tempo naquele momento, mas que iriam responder. Notei em todas as aplicações do questionário das professoras, certa temeridade ou receio em responder as perguntas, por questões políticas, já que todas são lotadas por contrato temporário.

Pude notar também, que algumas professoras destinadas ao ensino dos alunos com deficiência muitas vezes trabalhavam bem mais com as crianças não deficientes, porque além delas auxiliarem o seu aluno deficiente elas também tem que auxiliar os demais alunos considerados “normais”, e isto



acaba dificultando o trabalho da profissional e a aprendizagem da criança especial.

Ao todo foram observados nesta escola 05 casos de alunos com deficiência: 04 casos no turno matutino, no Ensino Fundamental I (todos os meninos), e 1 caso no ensino fundamental I (uma menina) no turno vespertino. Notei nas diversas vezes convivendo com as turmas, que nas relações cotidianas na escola, há também construção de laços afetivos, pois as crianças gostam de abraçar e sentar no colo das suas professoras.

.Um exemplo foi relatado pela professora **Denize** (4º ano) sobre a aluna "**Maria**" que frequentou a escola semanas atrás. Segundo a professora **Denize** (4º ano) a aluna se afastou da escola Coriolano Coelho de Almeida porque foi transferida para outra escola do município. A professora relatou que a aluna "Mariana" pedia para sua mãe todos os dias para trazê-la de volta a escola, porque sentia muito a sua falta. Não é somente esse caso específico, mas todas as outras professoras pelo que observei têm essa relação próxima com os seus alunos.

Como já mencionado, em cada sala que tem aluno deficiente existem duas professoras, uma que atende o alunado do ensino regular e a outra que deveria atender apenas a criança com deficiência, no entanto, isto não se enquadra totalmente com a realidade, porque as professoras destinadas a ajudar os alunos com deficiência ajudam toda a sala.

Em uma de minhas visitas, na turma do 4º ano, onde atua a professora "**Denize**" (4º ano), vi que ela levou alguns objetos, como o alfabeto móvel e jogo da memória, que auxiliariam sua aluna "**Maria**" que é portadora da deficiência de anoxia cerebral. As demais crianças ao notarem a novidade, começaram a pedir também os objetos, então, a professora "**Denize**" (4º ano) teve que parar com sua atividade para auxiliar a outra professora a acalmar a turma.

Em conversa com as professoras e com as mães dos alunos deficientes, foi-me relatado que algumas crianças são consideradas aptas totalmente às atividades do ensino regular, que são os alunos "**Guilherme**" e "**Pedro**". Segundo informações repassadas, estes dois alunos conseguem fazer as atividades propostas pela professora da turma, inclusive o aluno

“**Guilherme**”, segundo o relato da professora “**Rosana**” (2º ano B), “*é um aluno mais desenvolvido do que os alunos ditos normais*”.

Segundo a Professora “**Vera**” que atua no 1º ano B, somente o aluno João (nome fictício) que é portador de síndrome de down dentre as demais crianças deficientes da escola, que não faz as atividades propostas porque segundo o relato dela, ele “é uma criança que tem muita dificuldade no processo de ensino-aprendizagem e também na coordenação motora”.

Durante os dias de visita na escola, observei a professora **Vera** (1º ano B) e as demais professoras, tanto do ensino regular como da educação especial, comentarem que o aluno **João** “*não consegue parar, ele gosta de ficar andando de um lado para outro...não se aquieta. É muito agitado e não gosta de ficar sentado*”. Durante as observações, **João** logo no início das aulas percorre por todas as salas da escola, várias vezes, inclusive na secretaria e sala do diretor.

Outro momento essencial deste trabalho foi o acompanhamento etnográfico em uma das capacitações da área da Educação Especial realizada pela Secretaria de Educação, município de São Bernardo-MA. Aconteceu no dia 24/06/17, na escola “Cônego Nestor de Carvalho Cunha”, ministrada pela Professora Raquel Carvalho, que é formada em Letras e habilitada em Educação Especial. A aula teve início às 08:00hs e se estendeu até meio dia, dando uma pausa para o almoço, iniciando novamente as 14:00hs finalizando às 17:30auhs, na ocasião se fez presente 50 professores.

Nesta capacitação que presenciei, o tema foi a Língua de Sinais (Libras) e a Inclusão Escolar, na qual a professora passou algumas situações do dia a dia dos profissionais que atuam ou poderão atuar com a Educação Especial. No primeiro momento a professora mostrou o alfabeto e os números em libras, em seguida os animais. Discutiu a importância da Libras dentro da formação dos professores e alunos, visto que é um dos meios de inclusão que o sistema educacional deve oferecer, explicitando seu surgimento e os debates atuais em torno deste tema. A professora formadora também falou do autismo, os sintomas e pontos essenciais para ensinar crianças com esta deficiência.

Durante o período da tarde, a professora apresentou slides sobre leis que abrangem a educação especial. A professora falou que “A inclusão é incluir de fato, não somente levar o aluno para o ensino regular e deixar ele lá, como



outro qualquer, esse aluno necessita de uma atenção maior, por terem mais dificuldades de aprender”. Segundo o relato da professora Rosana: *muitos professores tentam trabalhar com crianças especiais mesmo sem uma preparação, mas se o profissional não é especializado e a escola não tem estrutura adequada, certamente suas tentativas não terão resultados satisfatórios, e isto culminaria num “fracasso escolar*.

Como já mencionei todos os professores do município de São Bernardo-MA, tanto do ensino regular, quanto os da Educação Especial, recebem uma capacitação uma vez por mês, mas como é parte da minha pesquisa, participei da capacitação oferecida aos professores que atendem a educação especial. Porém, algumas professoras do ensino regular participaram, questionei uma delas do por que participar desta capacitação e ela salientou “porque eu gosto de estar preparada, já que não sabemos quando vamos ter um aluno especial”.

Isto reitera a formação continuada é uma possibilidade na formação do/da professor/a, levando em consideração a construção de conhecimento e de informações que chegam a todo instante, as novas propostas didático-pedagógicas e as legislações educacionais sendo atualizadas.

Deste modo, faz-se necessário que os professores estejam minimamente preparados para desempenharem suas funções. Neste sentido, a Formação continuada é entendida como a ponte que tem o melhor percurso para que a educação alcance seus patamares mais altos:

A formação dos professores se configura preocupação central nesse sentido. Mais do que instruir, eles devem educar, entendendo educação como a preparação para o exercício consciente da cidadania que se faz atuando politicamente na transformação social. o problema é que grande parte dos professores tem como principal orientação o domínio do conteúdo e das técnicas, restringindo sua função ao cumprimento do programa de ensino (BONA, 2008, p.7)

A partir do questionário aplicado com as professoras, para compreender a perspectiva delas, questionei sobre o que entendiam por educação especial. A professora **Angelina** (2º ano A) diz: *“Entendo por educação especial que é a modalidade escolar, é oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades*

*especiais, agora é por lei as crianças portadores de deficiências estudarem no ensino regular”.*

Já a professora **Rosana** (2º ano B), respondeu que: *“A criança especial precisa de mais atenção, carinho, paciência, explicação clara e uma boa convivência com a família”.* A professora **Denize** (4º ano A) responde de forma mais simples: *“As pessoas tem que ter os mesmos direitos”.*

A professora **Vera** (1º ano B) foi mais enfática ao dizer que, *“Educação Especial é ter cuidado de educar indivíduos que possuem alguma deficiência, são pessoas normais que possuem suas limitações”.* E a professora **Carmem** (1º ano A) complementa em sua fala, afirmando que a educação especial, segundo sua percepção, *“É o acompanhamento do aluno de uma maneira diferenciada, mas que não seja exclusiva, dando total apoio ao aluno mediante aos fatos”.*

Quando questionado se as professoras possuíam formação de ensino especializado para atender o alunado com deficiência, a professora **Angelina** (2º ano A) respondeu que *“sim”*, e se teve alguma preparação para trabalhar com a inclusão do aluno com deficiência respondeu novamente *“sim”*. A professora **Vera** (1º ano B) respondeu que: *“Não. Apesar de que, a graduação que conclui possui uma disciplina em libras”.* E quanto à preparação para trabalhar com a inclusão dos alunos, ela também reafirma que: *“Não. Somente algumas bases, juntamente com uma formação continuada de professores”.*

Já a professora **Rosana** (2º ano B) respondeu sobre a formação especializada para atender crianças especiais, *“nós professores temos curso em formação em educação especial uma vez por mês”.* E quando a questão foi saber se ela teve alguma preparação para trabalhar com a inclusão do aluno deficiente, ela respondeu que: *“sim”*.

A professora **Denize** (4º ano A) foi mais contundente na resposta e afirmou que não tem formação de ensino especializado que atenda as crianças com deficiência, disse também que não teve preparação para trabalhar com a inclusão do aluno deficiente.

A professora **Carmem** (1º ano A) também disse não possuir formação especializada para atender as crianças com deficiência, apenas tem a base da capacitação oferecida pela prefeitura. E respondeu *“não”* quando questionada se ela tinha preparação para trabalhar com a inclusão do alunado especial.

Sobre a estrutura da escola em relação ao ensino-aprendizagem dos alunos com deficiência foi questionada se a escola dispõe de materiais. A professora **Angelina** (2º ano A) respondeu que *“sim, na medida que auxiliam com os materiais como e.v.a ou outro material onde podemos criar as estratégias de ensino”*, mas a professora **Rosana** (2º ano B) e **Carmem** (1º ano A) disseram que *“não”*. A professora **Vera** (1º ano B) também respondeu que *“Não”*, mas complementou dizendo que, *“a direção da escola sempre me procura para saber se estou precisando de algo para ajudar”*. Já a professora **Denize** (4º ano A) não respondeu.

No que tange às dificuldades de se trabalhar com crianças com deficiência, as respostas variavam. A professora **Denize** (4º ano A) não respondeu. Enquanto a professora **Angelina** (2º ano A), disse *“não vejo dificuldades de ensinar no momento”*, a professora **Rosana** (2º ano B) já diz que: *“A dificuldade é de recurso que possa ajudar melhor a qualidade de ensino para essas crianças”* e a professora **Carmem** (1º ano A) afirma que as maiores dificuldades é devido à *“falta de materiais pedagógicos”*. Já a professora **Vera** (1º ano B) explica: *“No meu ponto de vista, de início difícil, pois o aluno não me conhecia e tive que colocá-lo nos “eixo”, segundo alguns relatos no ano de 2016 este aluno fazia o que queria e não obedecia ninguém na escola”*.

Sobre o papel da administração da cidade, foi questionado se a Secretaria Municipal de Educação oferecia formação continuada na área de educação especial, se sim, qual tipo e a frequência de ocorrência. As respostas coincidiram, ao afirmarem que recebiam uma capacitação que auxiliava na preparação para atuar com a demanda da educação especial, no qual, há confecções de materiais como cartazes para facilitar o ensino deste alunado e que é ofertada uma vez ao mês.

Quando questionado como é o apoio da escola e da equipe pedagógica para auxiliarem na educação especial de seus alunos, as respostas foram divergentes e muito curtas. A professora **Angelina** (2º ano A) disse: *“Não tenho nenhum apoio, porque os professores não querer ter responsabilidade”*. A professora **Rosana** (2º ano B) fala que: *“A professora da formação explica e ensina várias maneiras de trabalhar”*. A professora **Denize** (4º ano A) respondeu *“Boa”*. Já a professora **Vera** (1º ano B) falou que recebe

apoio *“Em tudo que eu preciso, a direção da escola estão dispostas a ajudar”*. E a professora **Carmem** (1º ano A) respondeu: *“Um bom apoio”*.

Sobre a relação com o aluno/a com deficiência e com os pais ou responsáveis, as respostas também foram próximas. As professoras afirmaram que têm uma relação muito boa. Ao serem perguntadas sobre como é realizada a avaliação do/da aluno/a, a professora **Angelina** (2º ano A) respondeu: *“normal”*, já a professora **Rosana** (2º ano B) diz que: *“eu fico perto dele, faço a leitura e ele responde”*.

A professora **Denize** (4º ano A) afirmou que realiza a avaliação do seu aluno por meio de testes. A professora **Vera** (1º ano B), salienta que é por meio de *“tarefas aplicadas e observação do desenvolvimento”*. E a professora **Carmem** (1º ano A) se limitou a comentar que realiza a avaliação *“da mesma maneira que são realizadas as atividades dos outros alunos”*. Como podemos observar as respostas das professoras são diferenciadas. A partir dessas respostas foi possível ver que algumas professoras não estão preparadas para atender os alunos com deficiência.

Um dos pontos importantes da legislação e das políticas sobre a educação especial é sobre a inserção das crianças com deficiência serem inseridas no ensino regular. Então, foi questionado às professoras da educação especial, sobre o apoio dado pela professora que atua na sala com os demais alunos. A professora **Angelina** (2º ano A) respondeu que: *“O apoio que recebo da professora são as atividades que ela prepara”*.

A professora **Rosana** (2º ano B) fala que: *“a professora chama a atenção quando alguém mexe com ele, explica que todos tem que cuidar dele”*. As professoras **Denize** (4º ano A) e **Carmem** (1º ano A) se limitaram a dizer que recebem um apoio *“bom”*. A professora **Vera** (1º ano B) evidencia que é *“Quando o meu aluno está estressado ela conversa com ele, e em outras situações também”*.

Em seguida foi perguntado de que maneira a professora da educação especial se relaciona com a direção, a equipe pedagógica e os demais profissionais da escola, as professoras apresentaram perspectivas distintas, enquanto a professora **Angelina** (2º ano A) diz que *“apoia do jeito que dá quando pedem minha opinião”*, a professora **Rosana** (2º ano B) não respondeu a pergunta. A professora **Denize** (4º ano A) responde: *“Bom”*. Já a professora

**Vera** (1º ano B) diz: *“da forma que posso ajudar”* e a professora **Carmem** (1º ano A) diz que apoia *“da mesma maneira que eles me apoiam”*.

Quando a questão foi em relação se foi necessário fazer mudanças na escola para atender alunos/as com deficiência, todas as professoras falaram que *“não”*. Todas as professoras também afirmaram que a interação entre os alunos com deficiência e os/as sem deficiência na sala de aula ou em atividades extra-classe é *“muito boa”*. Como ressalta a professora **Vera** (1º ano B) *“Eles interagem, brincam, sempre com aquele cuidado”*.

Ao se questionar quais as dificuldades encontradas para ensinar o aluno com deficiência em sala regular, as respostas se distanciam: enquanto a professora **Angelina** (2º ano A) diz que: *“Por enquanto ainda não encontrei nenhuma dificuldade, pois já sabia lidar, porque tenho um irmão e um sobrinho com deficiência”*. A professora **Rosana** (2º ano B) diverge dizendo que: *“A dificuldade é que na sala tem muitos alunos ai dificulta na aprendizagem dessa criança”*.

Com uma postura mais flexível, a professora **Vera** (1º ano B) destaca que: *“Com toda Certeza, hoje posso dizer que dificuldades sempre vai ter, mas não se trata que não posso resolver. Temos que agir com cautela, em determinadas situações eu procuro agir assim”*. A professora **Denize** (4º ano A) responde que em sua percepção, *“A dificuldade do meu aluno é só coordenação motora”* e a professora **Carmem** (1º ano A) afirma que é *“falta de materiais pedagógicos”*.

Ao perguntar qual seria a percepção delas sobre a inclusão de alunos/as com deficiência no ensino regular, a professora **Angelina** (2º ano A) salienta que *“A inclusão é boa, pois os alunos interagem com todos”*. A professora **Rosana** (2º ano B) fala, *“É porque esses alunos tem que está dentro da sala de aula com direitos iguais”*.

Já a professora **Denize** (4º ano A) afirma que é *“Importante, porque eles têm os mesmos direitos”*. Para a professora **Vera** (1º ano B), *“A inclusão tem que haver sempre, até porque é lei. A interação que há entre alunos especiais no ensino regular é importante para o ensino-aprendizagem”*. Afastando-se dos discursos das colegas a professora **Carmem** (1º ano A) comenta, *“Eu acredito que tem certos casos que não pode estar em sala de*

*aula regular, pois existem alunos extremamente agressivos por causa do próprio ambiente familiar”.*

Sobre as dificuldades que as professoras encontram por trabalhar com alunos/as com deficiência, cada professora se mostrou com uma percepção diferente da outra. A professora **Angelina** (2º ano A) e **Denize** (4º ano A) afirmaram que não existem dificuldades. A professora **Angelina** (2º ano A) explica que isto ocorre *“devido a minha convivência com meu irmão e sobrinho que são especiais”.*

A professora **Rosana** (2º ano B) diz que *“A dificuldade de materiais qualificados para manter a necessidade de cada aluno”.* Enquanto isso, a professora **Vera** (1º ano B) comenta que, *“De inicio tive dificuldades, mas hoje consigo perceber o momento que ele está concentrado para fazer a tarefa”.* E a professora **Carmem** (1º ano A) respondeu que é por conta da *“falta de compreensão da família do aluno”.*

E em relação a como as professoras avaliam o progresso de seu/sua aluno (a) no ensino regular, as resposta foram parcialmente semelhantes. A professora **Carmem** (1º ano A) diz que é *“Lento, porém gratificante”.* A professora **Angelina** (2º ano A) respondeu: *“Excelente”.* A professora **Rosana** (2º ano B) comentou que é *“através de testes e da escrita”.* Já a professora **Denize** (4º ano A) salienta que é *“através de avaliação diária”.* E a professora **Vera** (1º ano B) reitera: *“Percebi que no período de março até hoje ele deu um avanço, pois no começo era difícil a realização das tarefas, hoje o mesmo interage e faz tarefas”.*

Como citado anteriormente, as mães também passaram por um questionário e a seguir analisaremos as respostas. Ao serem questionadas sobre o que elas entendiam sobre Educação Especial, a mãe **A** (M<sup>a</sup> Lúcia) diz: *“É uma educação voltada para crianças com deficiência, não importa qual seja a deficiência”.* Já a mãe **B** (Josefa) respondeu que: *“É o atendimento especial para os alunos que necessitam para poder se desenvolver na escola”.*

A mãe **C** (Camila) diz que a educação especial é *“A preparação do professor para ensinar crianças especiais”.* A Mãe **D** (Lilica) complementa dizendo que a educação especial é *“Como um suporte, para atender as crianças especiais”.* A mãe **E** (Dulce) complementa dizendo que a educação especial *“É uma educação para pessoas especiais”*

Quando foram questionadas sobre a escola na qual os filhos delas estudam, questionando-as se a escola dispõe de materiais para complementar o ensino aprendizagem de crianças com necessidades especiais, a mãe **A** (M<sup>a</sup> Lúcia) respondeu dizendo *“Não dispõe”*. Já a mãe **B** (Josefa) diz *“Poucos recursos”*. A mãe **C** (Camila) e **D** (Lilica) responderam que *“Não”*. A mãe **E** (Dulce) finalizou dizendo que *“Acho que sim”*.

As mães também foram questionadas sobre que suportes as professoras utilizam para ajudar os seus filhos com necessidades especiais. A mãe **A** (M<sup>a</sup> Lúcia) respondeu: *“Desconheço”*. A mãe **B** (Josefa) disse: *“Acho que a forma de ensinar que é um pouco diferente”*. A mãe **C** (Camila) respondeu: *“Acho que não tem suporte”*. A mãe **D** (Lilica) diz: *“Não sei”*. A mãe **E** (Dulce) complementou *“Nunca vi nada”*.

Sobre como veem a Educação Especial elas responderam da seguinte forma: A mãe **A** (M<sup>a</sup> Lúcia) diz, *“Que trabalha a criança portadora de deficiência para que possa viver em sociedade como qualquer outra pessoa”*. A mãe **B** (Josefa) respondeu: *“Muito importante para assegurar o direito de todos os alunos aprenderem”*. A mãe **C** (Camila) *“Acho que iria ajudar muito”*. A mãe **D** (Lilica) disse: *“Como algo importante”*. Já a mãe **E** (Dulce) foi mais objetiva na sua resposta disse que *“Vê a Educação Especial como algo importante, é através dela que as crianças especiais podem estudar”*.

Com relação as dificuldades de se trabalhar com crianças com necessidades especiais as mães responderam: A mãe **A** (M<sup>a</sup> Lúcia) *“É que a escola não dispõe de recursos para ajudar o professor desenvolver seu trabalho em sala de aula”*. A mãe **B** (Josefa) *“Acho que é não conhecer as necessidades da criança e não ter nenhuma capacitação ou formação para ajudar”*. A mãe **C** (Camila) respondeu dizendo: *“Tem que estar preparado. Pois é muito diferente de uma criança que não é especial”*. A mãe **D** (Lilica) responde: *“É mais difícil, porque criança especial exige mais atenção”*. A mãe **E** (Dulce) disse que é *“Difícil por falta de suporte”*.

Ao serem questionadas sobre qual a relação delas com os (as) professoras (es) dos seus filhos. A mãe **A** (M<sup>a</sup> Lúcia) diz *“Ótima”*. A mãe **B** (Josefa) *“Tenho uma boa relação, sou bastante presente na escola, sempre pergunto como está o desenvolvimento do meu filho”*. A mãe **C** (Camila) *“Boa,*

*tento ajudar da melhor forma possível*". A mãe **D** (Lilica) *"Boa, converso com ela constantemente sobre meu filho"*. A mãe **E** (Dulce) *"Sim"*.

As mães também foram questionadas acerca das condições que a escola oferece para atender crianças com necessidades especiais. Questionando se elas fiscalizavam a atuação da escola e/ou do município para atender as crianças com necessidades especiais. A mãe **A** (M<sup>a</sup> Lúcia), **B** (Josefa), **D** (Lilica) e a mãe **E** (Dulce) responderam "Sim". Já a mãe **C** (Camila) respondeu "Com certeza".

Elas foram questionadas se a escola oferece planejamento sobre professores na área de Educação Especial. A mãe **A** (M<sup>a</sup> Lúcia) e **B** (Josefa) responderam "Sim". A mãe **C** (Camila) e **D** (Lilica) disseram "Não sei". A mãe **E** (Dulce) diz "Acho que sim".



## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que foi apresentado neste trabalho é resultado de uma experiência de pesquisa na Escola Coriolano Coelho de Almeida, em São Bernardo – MA. Mesmo com todas as políticas que amparam a pessoa com deficiência, o sistema educacional apresenta muitas limitações. Não somente no âmbito da Educação Especial, mas em todo o campo da Educação em geral.

Durante minha pesquisa na escola analisada, eu consegui ver que a realidade é bem diferente: há um descompasso entre o discurso e o real. No período de observações na escola eu vi que as professoras não estão preparadas para atender alunos com deficiência pelo fato de não terem uma formação adequada. Além das observações, o questionário aplicado com as professoras e as mães revelaram que é nítida a falta de conexão entre as professoras e as mães.

As professoras relataram as dificuldades em se trabalhar com crianças com deficiência, disseram que é difícil por falta de material de apoio como objetos sonoros, livros com marcadores alfabeto ampliado, jogos como o dominó e livros com historinhas na língua de sinais. Materiais esses que ajudam na aprendizagem dos alunos.

Como já foi mencionado acima nas seções da monografia, a Secretaria Municipal de Educação oferece curso de formação continuada uma vez por mês. Para coletar os dados necessários para montar meu TCC eu participei da formação continuada ministrada pela professora Raquel Carvalho.

Durante a aula, a professora ensina as demais, a confeccionar materiais de apoio que ajudam no desenvolvimento de alunos com deficiência, com materiais baratos e recicláveis como, tapas de garrafas pets, grãos de milho, grãos de feijão, cola e tinta guache. Materiais esses que devem ser usados na sala de aula. Mas as professoras em seu cotidiano não utilizam.

Depois da pesquisa feita, já finalizando vírgula aqui ficou faltando umas informações, então retornei a escola para falar com o diretor da escola. Ele como sempre me atendeu muito bem. Passou-me as informações que faltavam. Curiosa com as respostas das professoras que relatavam que não havia materiais de apoio na escola.

Questionei ao diretor se a escola disponibilizava de materiais de apoio para ajudar na aprendizagem dos alunos com deficiência, ele respondeu “Sim, existem. Falta é quem use”. A partir dessa informação podemos perceber que há uma contradição nas respostas. O diretor não especificou que materiais têm na escola, apenas comentou sobre livros e que ficam a critério das professoras os materiais que elas precisam para desenvolver as habilidades destes alunos com deficiência.

Os conteúdos apresentados nas Diretrizes Curriculares da Educação Especial na Educação Básica Nacional apresentam, como principal contradição, a relação entre os discursos que se denominam inclusivos, promovidos pelo Ministério da Educação, e a persistência na existência de dois modelos formadores de professores para atuar com alunos com deficiência nas salas de aula. Alguns aspectos encontrados na realidade concreta revelam indícios de que a formação de professores na temática focalizada precisa ser revista, aprimorada e modificada.

Através da pesquisa realizada com as professoras e as mães dos alunos com deficiência ficaram evidentes as limitações na formação em relação à Educação Especial. Além disso, o descompasso entre as políticas e sua operacionalização no contexto escolar. Diagnosticuei também analisando as respostas das mães das crianças com deficiência em muito curtas, isto é algo a ser explorado em outros trabalhos.

## REFERENCIAS

ALARCÃO, I. **Escola reflexiva e nova racionalidade**. Porto Alegre: Artmed, 2001.

BEZERRA, Tarcileide Maria Costa, FIGUEIREDO, Rita Vieira de. In: FIGUEIREDO, Rita Vieira de. **Escola, diferença e inclusão**. Fortaleza: Edições, UFC, 2010. p.23-48

BONA JÚNIOR, Aurélio. **O ensino de filosofia e o pensamento educacional de Antônio Gramsci: algumas aproximações**. 2008

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. São Paulo: Saraiva, 2004.

\_\_\_\_\_. **Gestão da Educação**, 2003-2010. Brasília: MEC. Ano 2010b.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Marcos Político-Legais da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva / Secretaria de Educação Especial**. -Brasília : Secretaria de Educação Especial, - 2010. 73 p.

DENSYN, N. K.; LINCOLN, Y. S. **O Planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. São Paulo: Artmed, 2006.

Garcia, Gaspar Vinicius. **As pessoas com deficiência na historia do mundo**. Disponível em: [WWW.bengalalegal.com](http://WWW.bengalalegal.com). Acesso em: 15/04/2018.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do cárcere**, volume 2.3<sup>a</sup> Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

GUEBERT, M. C. C. **Inclusão: uma realidade em discussão**. Curitiba: Ibpex, 2007.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Censo Escolar, 2018. Brasília: MEC, 2019.

JANNUZZI, G. M. **Educação Especial no Brasil – História e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 2005.

LÜDKE, M. ; D., ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: o que é, por que é? Como fazer?**. São Paulo: Moderna, 2003 (Coleção: Cotidiano Escolar).

MARCONI, M. de A. LAKATOS, E. M. **Metodologia Científica**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MENDES, E. G. Perspectivas para a construção da escola inclusiva no Brasil. In: PALHARES, M. S.; MARINS, S. C. F. (Orgs) **Escola Inclusiva**. São Carlos: UFSCAR, 2002.

MENDES, Enicéia Gonçalves. Breve histórico da educação especial no Brasil. Revista Educación y Pedagogía, vol. 22, núm. 57, mayo-agosto, 2010.

MOREIRA, Camila. **Marcos históricos e legais da Educação Especial no Brasil**, 2013. Disponível em: <https://cmoreira2.jusbrasil.com.br/artigos/111821610/marcos-historicos-e-legais-da-educacao-especial-no-brasil>

RODRIGUES, D. A educação e a diferença. In: RODRIGUES, David (ORG). **Educação e diferença: valores e práticas para uma educação inclusiva**. Porto: Porto Editora, 2001.

SASSAKI, R.K. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SOUZA, Rita de Cácia e SILVA, Greice Santos. **Desafios para o educador inclusivo**: o educador frente à diversidade e à inclusão. Revista da FACED, nº 09, 2005.

## **APÊNDICES**

**APÊNDICE A – Roteiro dos professores**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO  
CURSO DE LICENCIATURA INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS  
HUMANAS/SOCIOLOGIA

**EDUCAÇÃO ESPECIAL: A Formação de professores no ensino fundamental I e II, na Escola Municipal Coriolano Coelho de Almeida, em São Bernardo-MA.**

**ROTEIRO/PROFESSORES**

- 01- Nome
- 02- Idade
- 03- Turno
- 04- Qual a sua formação acadêmica?
- 05- O que você entende por educação especial?
- 06- Você possui formação de ensino especializado para atender crianças com necessidades especiais?
- 07- Você teve alguma preparação para trabalhar com a inclusão do aluno deficiente?
- 08- A escola dispõe de materiais para complementar o ensino aprendizagem de crianças com necessidades especiais?
- 09- Quantos anos você tem de profissão?
- 10- Quais as dificuldades de se trabalhar com crianças com necessidades especiais?
- 11- Quantos/alunos/as atende na sala de aula?
- 12- O/a seu/sua aluno/a é portador de qual deficiência?
- 13- A Secretaria Municipal de Educação ou a escola oferecem formação continuada na área de Educação Especial? De que tipo? Com qual frequência?
- 14- Como é a sua relação com seu/sua aluno/a especial?
- 15- Há quanto tempo trabalha com alunos com deficiência?
- 16- Como a sua relação com os/as responsáveis do seu aluno?
- 17- Como é realizada a avaliação do/da aluno/a?
- 18- Que apoio você recebe da direção escolar? E da Equipe Pedagógica?
- 19- Que apoio você recebe da professora regular no cotidiano?
- 20- E você? Como apoia a direção escolar, Equipe Pedagógica e os demais profissionais da escola?
- 21- Quais mudanças foram necessárias na escola para atender alunos/as com deficiência? E na sala de aula?

- 22- Como acontece a interação entre/ as alunos/as com deficiência e os/as demais alunos/as da turma, no cotidiano da sala de aula? E nas atividades extra-classe como recreio, passeios e outras?
- 23- Quais as dificuldades que você encontra para ensinar o aluno deficiente em sala regular?
- 24- Qual sua percepção sobre a inclusão de alunos/as com deficiência no ensino regular?
- 25- Que dificuldades você encontra para trabalhar com os/as alunos deficientes?
- 26- Como você avalia o progresso de seu(s)/sua(a)/(As) no ensino regular?

**APÊNDICE B – Roteiro das Mães**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO  
CURSO DE LICENCIATURA INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS  
HUMANAS/SOCIOLOGIA

**EDUCAÇÃO ESPECIAL: A Formação de professores no ensino fundamental I e II, na Escola Municipal Coriolano Coelho de Almeida, em São Bernardo-MA.**

**ROTEIRO/MÃES**

- 01- Nome
- 02- O que você entende por Educação Especial?
- 03- A escola dispõe de materiais para complementar o ensino aprendizagem de crianças com necessidades especiais?
- 04- Que suporte os professores utilizam para ajudar seu filho portador de necessidades especiais?
- 05- Como você vê a Educação Especial?
- 06- Quais as dificuldades de se trabalhar com crianças com necessidades especiais no seu ponto de vista?
- 07- Qual a sua relação com o (s) professor (es) do seu filho (a)?
- 08- Você acompanha diariamente seu filho (a) na escola?
- 09- Você fiscaliza a atuação da escola e/ou do município para atender as crianças com necessidades especiais?
- 10- A escola oferece planejamento sobre a formação de professores na área de Educação Especial?